

CÂMBIO

Sale

DÓLAR PRESSIONA PREÇOS DE NATAL E EXIGE ESTRATÉGIA

Leia na página 8

Segurança fiscal e competitividade

Reforma Tributária de 2026 muda a forma como PMEs vão pagar impostos

Especialistas apontam que o novo modelo exigirá revisão dos regimes tributários e mais preparo técnico para garantir segurança fiscal e competitividade

A partir de janeiro de 2026, o Brasil inicia a implementação efetiva da Reforma Tributária, que cria dois novos tributos: a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), de competência federal, e o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), de competência estadual e municipal. Eles substituirão gradualmente PIS, Cofins, ICMS, ISS e IPI. Segundo o Instituto Brasileiro de Planejamento e Tributação (IBPT), 95% das empresas no país ainda cometem erros na apuração de tributos, o que pode se agravar durante o período de transição.

Maynara Fogaça, estrategista tributária e CEO da Visão Tributária, avalia que o impacto será expressivo, especialmente para as pequenas e médias empresas. “O empresário que não revisar seu enquadramento e não entender como a CBS e o IBS se aplicam ao negócio pode pagar mais do que deve. A diferença entre pagar imposto e pagar certo vai se tornar ainda mais evidente”, afirma.

Adaptação dos regimes e riscos na transição

A reforma atinge de forma distinta os regimes tributários existentes. No Simples Nacional, o regime é mantido, mas há limitações para o aproveitamento de créditos de IBS e CBS. “Empresas optantes do Simples continuarão recolhendo de forma unificada, mas, em regra, não poderão gerar créditos desses tributos para seus clientes. Isso pode influenciar a competitividade em determinadas cadeias produtivas”, explica a especialista.

No Lucro Presumido, companhias precisarão revisar a base de cálculo e ajustar



“O empresário que não revisar seu enquadramento e não entender como a CBS e o IBS se aplicam ao negócio pode pagar mais do que deve.

controles internos, já que operações interestaduais e receitas financeiras terão novas regras de apuração. No Lucro Real, as exigências serão técnicas: será necessário reestruturar sistemas de gestão e parametrizar controles de créditos conforme as normas de não cumulatividade previstas na Lei Complementar nº 214/2025.

A Reforma prevê um período de transição até 2033, durante o qual os tributos antigos e os novos coexistirão. Nesse intervalo, os contribuintes terão de realizar conciliações e entregar declarações específicas para aferição dos impactos e ajustes de arrecadação.

“Será um período de adaptação e de grande responsabilidade técnica. Quem não estiver com dados organizados corre o risco de gerar divergências e perder créditos legítimos”, alerta Maynara.

O impacto também varia por setor. Serviços intensivos em mão de obra, que atualmente recolhem ISS e PIS/Cofins cumulativos, poderão enfrentar variação na carga tributária, enquanto indústrias e segmentos com alto volume de insumos tendem a se beneficiar com a ampliação da não cumulatividade. “O efeito líquido dependerá do perfil de custos e créditos de cada empresa. Por isso, a análise individual será indispensável”, complementa a tributarista.

Estratégias para adaptação e segurança jurídica

Para que empresários e contadores se adaptem, Maynara recomenda quatro medidas prioritárias: revisar os últimos cinco anos de tributos pagos, validar o enquadramento conforme o faturamento real, adotar ferramentas de automação fiscal e manter equipes capacitadas com atualização contínua. “A revisão tributária precisa sair do campo emergencial e se tornar rotina estratégica. Não é apenas cumprir obrigações, é proteger a rentabilidade e garantir segurança jurídica”, ressalta.

O Ministério da Fazenda criou o Comitê Nacional de Simplificação de Obrigações Acessórias (CNSOA), responsável por unificar declarações e digitalizar rotinas fiscais. A expectativa é que a padronização reduza o tempo gasto com processos burocráticos, embora as estimativas oficiais ainda não indiquem percentual.

“A Reforma não é o fim da complexidade, mas o início de uma nova etapa. As empresas que entenderem rapidamente o funcionamento da CBS e do IBS vão transformar o sistema tributário em um diferencial competitivo”, conclui Maynara Fogaça.

Barreiras ocultas que impedem sucesso nas vendas

Novo relatório da Galileo revela que 30% dos sistemas tecnológicos da América Latina apresentam desempenho "ruim" ou "muito ruim" durante eventos sazonais de alto tráfego.

IA muda perfil dos desenvolvedores, mas talento humano segue insubstituível

Apesar dos avanços na automação e das recentes demissões em grandes empresas de tecnologia, especialistas preveem que a inteligência artificial irá transformar a função dos desenvolvedores, em vez de eliminá-la.

Educação e futuro do trabalho: investimentos de mais de 100 mil dólares

Empresas participam do programa Potencia UP Preparação para Investimentos de Impacto feito pelo fundo Potencia Ventures e pela Artemisia.

Traumas emocionais afetam milhões de mulheres

Ansiedade, insônia, dores difusas e crises de pânico. Esses sintomas, frequentemente tratados como questões isoladas, podem ser expressões de traumas emocionais acumulados ao longo da vida. De acordo com dados de 2023 da Organização Mundial da Saúde (OMS), as mulheres são duas vezes mais propensas do que os homens a desenvolver transtornos de ansiedade e depressão.

Para informações sobre o

MERCADO FINANCEIRO

faça a leitura do QR Code com seu celular

Negócios em Pauta

Kwai for Business Summit 2025

Promovido pela unidade de negócios do app de criação e compartilhamento de vídeos curtos, o Kwai for Business Summit 2025 reunirá profissionais de marketing e publicidade para um dia de insights, networking e celebração na próxima quarta-feira, dia 12 de novembro. A segunda edição ocorre no Infinity, em São Paulo, e volta a sediar o Kwai Ad Awards, que reconhecerá os cases mais criativos e efetivos do ano na plataforma, consolidando o evento no calendário de premiações do mercado. O anúncio e a cerimônia de premiação acontecerão ao vivo durante o Summit. O evento promete ser uma oportunidade única de aprendizado e troca de experiências, com debates entre clientes, agências e criadores, além da apresentação de um novo estudo proprietário sobre consumo e cultura de vídeos curtos no Brasil (www.kwai.com/business).

Kwai for Business Summit 2025

Promovido pela unidade de negócios do app de criação e compartilhamento de vídeos curtos, o Kwai for Business Summit 2025 reunirá profissionais de marketing e publicidade para um dia de insights, networking e celebração na próxima quarta-feira, dia 12 de novembro. A segunda edição ocorre no Infinity, em São Paulo, e volta a sediar o Kwai Ad Awards, que reconhecerá os cases mais criativos e efetivos do ano na plataforma, consolidando o evento no calendário de premiações do mercado. O anúncio e a cerimônia de premiação acontecerão ao vivo durante o Summit. O evento promete ser uma oportunidade única de aprendizado e troca de experiências, com debates entre clientes, agências e criadores, além da apresentação de um novo estudo proprietário sobre consumo e cultura de vídeos curtos no Brasil (www.kwai.com/business).

News@TI

Reprodução: https://www.dio.me/bootcamp/tqi-modernizacao-com-genai

MODERNIZAÇÃO COM GenAI

5 mil bolsas gratuitas para cursos em modernização de sistemas com GenAI

@As inscrições para o Bootcamp TQI - Modernização com GenAI se encerram no dia 9 de novembro. A iniciativa, promovida pela TQI em parceria com a plataforma de educação em tecnologia DIO, oferece mais de 5 mil bolsas gratuitas para profissionais que desejam se especializar na modernização de sistemas legados com o apoio da Inteligência Artificial (IA). Além de ser gratuito e online, o programa inclui 23 cursos, mentorias ao vivo, desafios práticos e uma trilha de 34 horas voltada a profissionais pleno e sênior com experiência em Java, AWS e familiaridade com IA. As inscrições podem ser feitas em (https://www.dio.me/bootcamp/tqi-modernizacao-com-genai). “Profissionais capazes de conduzir a modernização de sistemas com uso estratégico de IA são cada vez mais requisitados pelo mercado global. Esta é uma oportunidade de qualificação com aplicação prática e gratuita”, afirma Iglá Generoso, CEO da DIO.

Literatura

Livros em Revista

Por Ralph Peter

Leia na página 7



OPINIÃO

Caso do Louvre: o alerta global sobre segurança que vai além das senhas

Mirella Kurata (*)

Ao ser alvo de um assalto milionário em outubro de 2025, no qual ladrões levaram joias da coroa francesa avaliadas em cerca de 100 milhões de dólares, o Louvre levantou novos debates sobre segurança digital, principalmente tratando-se de escolhas de senhas.

O Museu mais visitado do mundo, com orçamento milionário e status de patrimônio cultural global, teve divulgado que o seu sistema de videovigilância utilizava “Louvre” como senha, expondo falhas graves de segurança digital e infraestrutura obsoleta, o que reforça que não há tecnologia capaz de proteger uma organização que não enxerga a segurança como parte da sua estratégia e cultura.

A tentação de delegar à tecnologia toda a responsabilidade pela cibersegurança é um erro comum. No entanto, o caso do Louvre mostra o contrário ao contrapor a proteção mais avançada do mundo com uma senha previsível e uma equipe sem treinamento contínuo sobre boas práticas. Entre piadas e incredulidade, esse episódio rendeu questionamentos dos internautas sobre os padrões de senhas complexas adotados por muitos sites e aplicativos, já que nem o Louvre faz isso.

No entanto, a resposta é simples: a negligência digital independe de tamanho, prestígio ou poder econômico, no dia a dia, o impacto de uma senha fraca pode ser a perda de dados pessoais, de uma conta bancária ou até da própria identidade digital. A cibersegurança é, antes de tudo, comportamental e depende da conscientização, disciplina e responsabilidade compartilhada. Criar uma cultura de segurança é tão importante quanto investir em firewalls, sistemas de detecção ou inteligência artificial.

Outro ponto exposto pelo episódio do Louvre é o impacto da infraestrutura obsoleta, já que o museu mantinha parte de sua operação em servidores de 2003, uma prática ainda comum de muitas instituições públicas e privadas ao redor do mundo. Sistemas legados não são, por si só, o problema, mas sim eles permanecerem conectados a ambientes críticos sem as devidas camadas de proteção, atualização ou segmentação. O desafio é

encontrar o equilíbrio entre continuidade operacional e modernização segura, e isso exige planejamento técnico e visão de longo prazo.

Apesar de muitos ainda separarem o âmbito físico do digital, no Louvre foi a falha cibernética que facilitou o roubo dos objetos, reforçando o quanto essa fronteira de espaços está cada vez mais tênue. Hoje, câmeras, sensores, catracas e sistemas de alarme estão todos conectados às redes digitais e basta uma brecha de senha ou configuração mal feita para comprometer toda uma operação de segurança. Essa integração, porém, exige que as equipes de tecnologia e de segurança patrimonial atuem de forma conjunta, compartilhando responsabilidades e informações em tempo real.

No Brasil, o caso do Louvre serve de alerta especialmente para o setor público. Prefeituras, órgãos governamentais, escolas e hospitais ainda operam, em muitos casos, com sistemas antigos, acessos compartilhados e ausência de protocolos de cibersegurança. Por lidarem com dados sensíveis, de cidadãos, servidores e serviços essenciais, essas instituições são alvos frequentes de ataques, muito também porque costumam subestimar os riscos. Proteger o setor público envolve muito mais que só senhas fortes, inclui também planejamento orçamentário, capacitação de equipes e políticas de cibersegurança que não se limitem à área de TI, mas que envolvam gestores, comunicadores e servidores em todos os níveis.

Mais do que evitar incidentes, investir em segurança é agregar valor à instituição e seus serviços e produtos. Cada medida de proteção adotada, seja uma senha forte, um sistema atualizado ou uma equipe bem treinada, é um ativo intangível que preserva reputação, credibilidade e continuidade de negócios. No Louvre, as jóias roubadas foram avaliadas em milhões, mas o verdadeiro prejuízo foi institucional com a perda da confiança pública e o abalo à imagem de um dos ícones culturais global. Em um ambiente corporativo e governamental o princípio é o mesmo, com a segurança digital sendo uma questão de cultura, um dos ativos mais valiosos que uma organização pode ter.

(*) CEO da DMK3.

Um terço das pessoas evita obter informações sobre sua própria saúde

Annals of Behavioral Medicine é uma revista médica mensal publicada pela Oxford University Press.

Vivaldo José Breternitz (*)

Um estudo por ela publicado recentemente mostra que cerca de um terço das pessoas evita ou tende a evitar obter informações sobre sua saúde, mesmo quando o acesso a elas é cada vez mais amplo.

A pesquisa analisou 92 estudos anteriores, envolvendo 564.497 participantes de 25 países. Os resultados revelam que embora o diagnóstico precoce seja muito importante para o sucesso de tratamentos, muitas pessoas resistem a exames preventivos e consultas de rotina. Trata-se da primeira estimativa global sobre o fenômeno, com implicações relevantes para o estabelecimento de políticas de saúde.

Segundo os autores do estudo, a tendência é mais forte diante de doenças incuráveis: 41% evitam informações relacionadas ao Alzheimer e 40% ao Huntington, um mal degenerativo. Em casos de doenças graves, mas tratáveis, como HIV (32%) e câncer (29%), os índices caem um pouco. Já em doenças crônicas e controláveis, como diabetes, a evasão foi menor, ficando em 24%.

Os pesquisadores definem “evitação de informações médicas” como qualquer comportamento voltado a atrasar ou impedir o acesso a dados disponíveis, mas considerados indesejados, desde adiar consultas até recusar exames.

Embora custo e falta de informação sejam fatores frequentemente lembrados, o estudo aponta que o fenômeno não se explica apenas por isso. A Alemanha, por exemplo, onde planos de saúde cobrem consultas e informam pacientes sobre serviços disponíveis, também registrou altos índices de evasão.

“Uma possibilidade é que a decisão de não querer saber seja deliberada”, afirmou Ralph Hertwig, coautor do estudo e diretor do Centro de Racionalidade Adaptativa do Instituto Max Planck, em Berlim. Hertwig lembra que o grupo já identificou esse tipo de “ignorância deliberada” em outras áreas da vida, motivada por razões diversas.

Foram identificados 16 principais fatores que influenciam a evitação, entre eles sentir-se sobrecarregado, baixa confiança na própria capacidade de cuidar da saúde, medo de julgamento, desconfiança e falta de confiança no sistema médico. Questões como gênero, raça ou etnia não tiveram peso relevante.

As variações regionais observadas sugerem que os diferentes sistemas de saúde podem influenciar o comportamento das pes-



Yazid_Nasuha_CANVA

soas, ressaltando que a prática não deve ser automaticamente classificada como irracional: pode ser uma forma de lidar com a ansiedade diante de más notícias.

“Observamos que menor confiança no sistema médico está associada à maior evasão de informações”, destacou Konstantin Offer, principal autor do estudo e pesquisador do Instituto Max Planck. “Restaurar a confiança poderia levar a maior engajamento das pessoas.”

Em resumo, evitar check-ups ou não querer saber o resultado de exames é mais comum do que parece. A dúvida que permanece é como essa tendência, cada vez mais evidenciada, pode impactar os sistemas de saúde e as pessoas, no longo prazo.

(*) Doutor em Ciências pela Universidade de São Paulo, é professor, consultor e diretor do Fórum Brasileiro de Internet das Coisas – vjnit@gmail.com.



News @TI

ricardosouza@netjen.com.br

Software.com.br inicia comercialização no Brasil da ferramenta de IA Brian

@A Software.com.br, especialista em tecnologia líder na América Latina, anuncia parceria estratégica com a AskBrian, empresa do grupo think-cell, para comercialização no Brasil do assistente digital com Inteligência Artificial Brian. Projetado para atender às demandas de profissionais que atuam com dados, relatórios e apresentações, como executivos, consultores, analistas financeiros e equipes de estratégia, o Brian oferece uma experiência de automação inteligente que transforma a rotina empresarial, integrando diversas ferramentas, fontes de dados e plataformas que otimizam processos operacionais, liberam tempo para atividades de maior valor e aumentam a produtividade no ambiente de trabalho (www.software.com.br).

Solução de conforto térmico que reduz gasto de energia em até 40%

@A Daikin irá expor na COP30 aparelhos de ar condicionado para uso em edifícios que reduzem o gasto de energia elétrica em até 40%. Testes realizados em prédios da própria companhia comprovaram a redução no consumo, em comparação com métodos convencionais de ventilação e climatização. A solução tem potencial de contribuir para a descarbonização de edifícios. Os visitantes do estande, que estará montado no Pavilhão Japonês, poderão vivenciar uma demonstração interativa que simula diferentes níveis de umidade, permitindo perceber diretamente como o conforto pode variar mesmo quando a temperatura é a mesma (https://www.daikin.com.br/).

Programa de estágio apostando na formação da geração Z em Inteligência Artificial

@OiFood anuncia o lançamento do GEN AI, programa de estágio da empresa para identificar, contratar e desenvolver a próxima geração de criadores de IA — ou seja, jovens talentos que unem curiosidade, habilidades técnicas e propósito para moldar o futuro da Inteligência Artificial. As inscrições estão abertas a jovens de todo o Brasil, podendo ser realizadas até 23 de novembro através do site (https://carreiras.ifood.com.br/job/8243837002/).

Teste com AccuCore HCF™ (Hollow Core Fiber)

@A Scala Data Centres uniu-se à Lightera e a Nokia para realizar a primeira prova de conceito (PoC) com AccuCore HCF™ (Hollow Core Fiber) na América Latina. O teste, realizado no campus Tamboré da Scala em São Paulo, o maior complexo de data centers da América


Latina, demonstrou redução de aproximadamente 32% na latência em comparação com fibras ópticas convencionais. Esse avanço representa um marco em infraestrutura digital, aproximando as velocidades de transmissão dos limites físicos da luz. Após o sucesso da prova de conceito, as três empresas estudam implantações em escala de produção, com foco inicial em aplicações de ultrabaixa latência e alto volume de dados — alinhadas à visão da Scala de construir infraestrutura digital de próxima geração, otimizada para IA Fabric e workloads de alta performance.

Solução evita chamadas indesejadas

@Milhões de brasileiros enfrentam diariamente o incômodo das ligações indesejadas. Muitas vezes, ocorrem em horários inconvenientes e os destinatários nem conhecem as pessoas procuradas. Além disso, essas chamadas podem ser golpes ou cobranças indevidas. Para minimizar o transtorno, é recomendado cadastrar-se na plataforma "Não Me Perturbe", solução criada pela ABR Telecom (Associação Brasileira de Recursos em Telecomunicações) para a Anatel. Uma vez cadastrado um telefone fixo ou móvel pelo consumidor na plataforma “Não Me Perturbe”, os bancos e as prestadoras de serviços de telecomunicações participantes do serviço não poderão realizar qualquer oferta de operações de empréstimo e cartões de créditos consignado, assim como ofertas de telefone móvel, telefone fixo, TV e Internet para esse telefone. Para se cadastrar, acesse o site Link (https://www.naomeperturbe.com.br/) e siga as instruções.

Tecnologia de identificação única (IA) ajuda a barrar falsificações e proteger consumidores

@A solução ID Secure, desenvolvida pela SecureTrace e reconhecida internacionalmente com 99,9% de eficácia anticópia, fortalece a segurança de cadeias produtivas sensíveis, como a de bebidas e medicamentos, oferecendo meios confiáveis de identificação e controle de origem. De forma simples, o sistema permite que produtos sejam verificados ao longo de toda a cadeia, do fabricante ao ponto de venda, garantindo transparência, rastreabilidade e proteção tanto para o consumidor quanto para as marcas. Além de proteger o consumidor, o ID Secure também oferece segurança jurídica e reputacional a bares, restaurantes e estabelecimentos comerciais, que passam a comprovar a procedência de seus estoques. As informações geradas pelo sistema podem ser acessadas por órgãos de fiscalização e pelas forças de segurança, facilitando o trabalho de investigação e combate ao mercado ilegal (https://www.securetrace.com.br/).

 José Hamilton Mancuso (1936/2017)	Laurinda Machado Lobato (1941-2021)	Responsável: Lilian Mancuso
Editórias <i>Economia/Política:</i> J. L. Lobato (lobato@netjen.com.br); <i>Ciência/Tecnologia:</i> Ricardo Souza (ricardosouza@netjen.com.br); <i>Livros:</i> Ralph Peter (ralphpeter@agenteliterarioralph.com.br); <i>Comercial:</i> comercial@netjen.com.br <i>Publicidade Legal:</i> lilian@netjen.com.br	<i>Webmaster/TI:</i> Fabio Nader; <i>Editoração Eletrônica:</i> Ricardo Souza. <i>Revisão:</i> Maria Cecília Camargo; <i>Serviço informativo:</i> Agências Brasil, Senado, Câmara, EBC, ANSA. Artigos e colunas são de inteira responsabilidade de seus autores, que não recebem remuneração direta do jornal.	Jornal Empresas & Negócios Ltda Administração, Publicidade e Redação: Rua Joel Jorge de Melo, 468, cj. 71 – Vila Mariana – São Paulo – SP – CEP.: 04128-080 Telefone: (11) 3106-4171 – E-mail: (netjen@netjen.com.br) Site: (www.netjen.com.br). CNPJ: 05.687.343/0001-90 JUCESP, Nire 35218211731 (6/6/2003) Matriculado no 3º Registro Civil de Pessoa Jurídica sob nº 103.
Colaboradores: Claudia Lazzarotto, Eduardo Moisés, Geraldo Nunes e Heródoto Barbeiro.	ISSN 2595-8410	

China suspende proibição de compra de carne de frango do Brasil

A China suspendeu a proibição de compra de carne de frango brasileira, medida adotada em maio após o primeiro registro de contaminação por gripe aviária, em uma granja comercial no município gaúcho de Montenegro

Comunicado da suspensão, feito pela administração das alfândegas chinesas na sexta-feira (7), foi confirmado e comemorado pela Associação Brasileira de Proteína Animal (ABPA), que creditou o resultado à “competência técnica e diplomática do Brasil”.

“A suspensão ocorreu no contexto do único foco registrado – e que já foi totalmente superado – de Influenza Aviária de Alta Patogenicidade (IAAP) na produção comercial de carne de frango do Brasil”, recorda a nota da associação. A suspensão da compra do produto, pela China, foi anunciada em maio, quando o país era, segundo a associação, o maior comprador da carne de frango brasileira, com embarques de 562,2 mil



Gradativamente, todos os grandes importadores de carne de frango retomaram as compras.

toneladas em 2024, cerca de 10,8% do total.

“Até maio [de 2025], mês da ocorrência de IAAP, a China era a maior importadora de carne de frango do Brasil. Apenas entre janeiro e maio, o país havia importado 228,2 mil toneladas de carne de frango (10,4% do total exportado pelo Brasil até então),

gerando receita de US\$ 545,8 milhões”, detalhou a ABPA, após o anúncio da suspensão chinesa. No dia 18 de junho, o Brasil se declarou livre da doença após a desinfecção da granja afetada e não ter registrado nenhum outro caso pelo prazo de 28 dias.

Em setembro, foi a vez de a União Europeia reconhe-

cer que o país estava livre da doença, permitindo a retomada das exportações para o bloco.

“Gradativamente, todos os grandes importadores de carne de frango retomaram as compras. Hoje, a China, último grande importador de carne de frango fechado, reabriu seus portos para o produto brasileiro”, comemorou nesta sexta-feira a ABPA.

Segundo a entidade, “as autoridades brasileiras dedicaram amplos esforços diplomáticos para o restabelecimento do fluxo comercial dos mercados suspensos”, afirmou, em tom elogioso dirigido ao ministro da Agricultura e Pecuária, Carlos Fávaro, seu secretário, bem como ao Planalto e ao Itamaraty (ABR).

O Brasil tributa muito, mas o que mais pesa é o que deixamos de planejar

Samira Munaier (*)

Quando se fala em eficiência fiscal, muitos ainda associam o tema a manobras complexas ou estratégias reservadas a grandes grupos empresariais

Mas, na prática, o que vejo é que a maioria das famílias de alta renda perde dinheiro simplesmente por não planejar. São pessoas com patrimônio de cinco, dez milhões de reais, que seguem investindo de forma padronizada e acabam pagando mais impostos do que deveriam.

O sistema tributário brasileiro é, de fato, complexo. E ele se tornará ainda mais desafiador nos próximos anos, com as reformas que avançam sobre a renda e o capital. Isso exige uma mudança de mentalidade: não basta diversificar investimentos; é preciso diversificar também as estruturas e os regimes tributários que sustentam o patrimônio.

Eficiência fiscal não é uma tática momentânea, mas uma filosofia de gestão de riqueza. Trata-se de entender como cada decisão de investimento, seja da escolha de um ativo à forma jurídica de detenção, impacta o resultado líquido e o legado familiar. Um mesmo investimento pode ser altamente vantajoso em um contexto e ineficiente

em outro, dependendo de como é estruturado.

No meu dia a dia, observo que a maior parte das ineficiências vem da automatização. Os bancos ainda entregam soluções padronizadas, sem olhar o quadro completo: sucessão, alíquotas futuras, liquidez e horizonte de tempo. O resultado é um portfólio que até cresce, mas não preserva. Essa diferença, entre crescer e preservar, é o que define o verdadeiro sucesso financeiro de longo prazo.

Planejar é, essencialmente, antecipar. Antecipar mudanças de legislação, oscilações de mercado e até transições geracionais. Um bom planejamento tributário não promete milagres; ele oferece previsibilidade, sustentabilidade e autonomia sobre o próprio patrimônio.

Num país onde a carga tributária é alta e as regras mudam constantemente, o investidor que não se organiza paga caro por isso, às vezes, sem perceber. A eficiência fiscal não é um luxo, é uma necessidade de quem deseja que o fruto de uma vida de trabalho permaneça onde sempre deveria estar: com o próprio investidor e sua família.

(*) - É planejadora financeira CFP® na Monte Bravo, especialista em planejamento patrimonial, sucessório e eficiência tributária para famílias e investidores de alta renda.

Petrobras pagará dividendos a acionistas em duas parcelas

O Conselho de Administração da Petrobras aprovou o pagamento de dividendos, no valor de R\$ 12,16 bilhões, equivalente a R\$ 0,94320755 por ação ordinária e preferencial em circulação, como antecipação da remuneração aos acionistas relativa ao exercício de 2025, declarada com base no balanço de 30 de setembro de 2025.

O pagamento proposto está alinhado à Política de Remuneração aos Acionistas. Essa política prevê que, em caso de endividamento bruto igual ou inferior ao nível máximo de endividamento definido no plano de negócios em vigor (atualmente US\$ 75 bilhões), e observadas as demais condições, a Petrobras deverá distribuir aos

seus acionistas 45% do fluxo de caixa livre. Essa distribuição não compromete a sustentabilidade financeira da companhia.

Os proventos serão pagos em duas parcelas nos meses de fevereiro e março de 2026, da seguinte forma: R\$ 0,94320755 por ação ordinária e preferencial em circulação, sendo que a primeira parcela, no valor de R\$ 0,47160378, será paga em 20 de fevereiro de 2026 e a segunda, no valor de R\$ 0,47160377 em 20 de março de 2026.

No dia 22 de dezembro de 2025, receberão os detentores de ações de emissão da Petrobras negociadas na B3 e record date e, em 26 de dezembro de 2025, os detentores

de ADRs negociados na New York Stock Exchange (NYSE). As ações da Petrobras serão negociadas ex-direitos na B3 a partir de 23 de dezembro de 2025.

Para os detentores de ações de emissão da Petrobras negociadas na B3, o pagamento da primeira parcela será realizado no dia 20 de fevereiro de 2026 e o da segunda parcela no dia 20 de março de 2026. Os detentores de ADRs receberão os pagamentos a partir de 27 de fevereiro de 2026 e a partir de 27 de março de 2026, respectivamente. A definição da forma de distribuição - dividendos e/ou juros sobre capital próprio - ocorrerá até 11 de dezembro e será comunicada ao mercado (ABR).



NEGÓCIOS em PAUTA
lobato@netjen.com.br

A – Reunião de Empreendedoras

No próximo dia 13 (quinta-feira), São Paulo vai sediar a primeira edição da imersão MAC Mulheres Empreendedoras, um evento dedicado a discutir como mulheres podem equilibrar gestão, propósito e rentabilidade em seus negócios. Realizado no Palácio Tangará, o encontro de um dia promete reunir empresárias, executivas e profissionais liberais de diferentes segmentos em uma jornada de aprendizado e conexão sobre liderança feminina e crescimento sustentável. Propõe uma imersão completa, combinando conteúdo técnico e reflexões sobre autogestão, tempo e emoções. Inscrições (https://bit.ly/macempreendedoras).

B – Oscar do Café

Pelo segundo ano consecutivo, a fazenda Bioma Café, localizada em Campos Altos, no Cerrado Mineiro, conquistou o maior prêmio internacional de qualidade de cafés especiais, o Cup of Excellence 2025, mais conhecido como o “Oscar do café”. O resultado consagra o compromisso da Bioma Café com a sustentabilidade, inovação e terroir brasileiro, valores que se refletem na xícara por meio de aromas complexos, acidez equilibrada e doçura natural marcante. A premiação foi realizada em São Paulo no último dia 1 de novembro. O concurso, que destaca os melhores e mais selecionados grãos do país, avaliou centenas de amostras submetidas por produtores de todas as regiões cafeeiras.

C – Terceiro Setor

O mercado das ONGs e entidades beneficentes, integradas ao chamado terceiro setor, deve alcançar um valor movimentado de US\$ 443,2 bilhões até 2029, conforme o relatório NGOs and Charitable Organizations Market Report 2025, divulgado pela Research and Markets. A taxa de crescimento anual composta está estável em 6,6%, impulsionada pelos mercados emergentes e pelo aumento das doações públicas e parcerias privadas. No Brasil, o país reúne cerca de 897 mil organizações da sociedade civil (OSCs) ativas, que já respondem por 4,27% do PIB e empregam 5,9 milhões de pessoas. O levantamento do Ipea mostra que, embora o crescimento do número de entidades tenha sido modesto nos últimos anos (em torno de 2% em 2024), o setor se consolida como um dos mais relevantes da economia e da inclusão social.

D – Esporte & Finanças

No próximo dia 25, a cidade de Santos sediará a 2ª edição do Congresso Esporte & Finanças, o primeiro evento no Brasil a reunir lideranças do esporte e do mercado financeiro em um mesmo ambiente para discutir inovação, gestão e oportunidades de investimento no setor esportivo. Organizado pela Santé Investimentos, credenciada à XP Investimentos, o congresso será realizado no Sheraton Hotel, com início às 9h00, e contará com painéis e debates conduzidos por grandes nomes do esporte e das finanças. Os ingressos estão disponíveis a partir de R\$ 290 (Arena) e R\$ 490 (VIP), com vagas limitadas. As inscrições podem ser realizadas pelo site: (https://santeinvestimentos.com.br/cef2025/).

E – Tarsila no Bandeirantes

Está aberta ao público a exposição “São Paulo – Paris: A Descoberta de Tarsila do Amaral”, no Palácio dos Bandeirantes. A mostra inédita é dedicada à importante trajetória da artista modernista. É a primeira vez que a coleção completa da artista aos cuidados do Acervo dos Palácios, departamento museológico da Casa Civil, estará reunida na sede do Governo de SP. Ao todo são 13 telas e 3 gravuras de Tarsila expostas no Salão dos Pratos, importante sala de reuniões e exposições do Palácio dos Bandeirantes, que acabou de passar por projeto de restauro para retomar suas características originais, e teve elementos como piso, portas e teto reformados. Para garantir sua visita e consultar outras informações, acesse o site (www.acervo.sp.gov.br).

F – Negócios no EstadoSP

O dinamismo do ambiente de negócios em todo o estado de São Paulo voltou a se destacar em outubro de 2025. Ao todo, 37.801 novas empresas foram constituídas, o maior número já registrado pela Junta Comercial do Estado de São Paulo (Jucesp) para o mês, consolidando mais um recorde na série histórica da autarquia vinculada à Secretaria de Desenvolvimento Econômico (SDE). Além das novas constituições, o saldo líquido de empreendimentos – diferença entre aberturas e encerramentos – também foi expressivo: 22.700 empresas. Esse resultado representa o segundo melhor desempenho de 2025, ficando atrás apenas de fevereiro, quando o saldo foi de 25.958.

G – Pesquisador Político

O cientista e pesquisador político paraibano Emanoelton Borges, CEO da Alfa Inteligência, foi reconhecido pela revista americana Washington COMPOL como um dos 100 profissionais mais influentes da comunicação política mundial. O anúncio foi feito na noite da última quinta-feira (6), nos Estados Unidos, e inclui o brasileiro na lista internacional COMPOL 100 (2024-2025), que homenageia os principais nomes que inspiram, influenciam e transformam o campo da comunicação política global. A COMPOL 100 é publicada anualmente pela revista Washington COMPOL, um dos principais periódicos do mundo dedicados ao marketing político, e reúne profissionais de diferentes áreas

H – Nova Cervejaria

O Grupo HEINEKEN inaugurou nesta quinta-feira, 6 de novembro, sua nova cervejaria em Passos (MG), um marco histórico para a companhia no país e um dos maiores investimentos do setor nos últimos anos, que soma mais de R\$ 2,5 bilhões. Com capacidade inicial de 5 milhões de hectolitros por ano, a nova cervejaria de Passos nasce para atender à crescente demanda por produtos de maior qualidade e valor agregado, o que reflete uma decisão estratégica alinhada aos pilares que sustentam o crescimento do portfólio puro malte da companhia: Heineken, líder absoluta no segmento premium e em valor de mercado, e Amstel, que mantém crescimento anual de dois dígitos, consolidando sua relevância no setor.

I – Voos Diretos

A Lufthansa deu mais um passo importante na ampliação de sua presença na América do Sul. Desde 27 de outubro, a companhia aérea passou a oferecer voos diretos e regulares entre São Paulo (GRU) e Munique (MUC), fortalecendo a conectividade entre dois dos principais centros econômicos e culturais do mundo. Com a nova operação, o Brasil passa a contar com três rotas diretas da Lufthansa para a Alemanha, conectando São Paulo não apenas a Frankfurt, mas agora também à capital da Baviera. A nova rota consolida a posição estratégica do país na malha global do grupo, que hoje oferece mais de 2.000 voos semanais a partir de seus hubs europeus.

J – Varejo Físico

Setembro de 2025 consolidou um cenário difícil para o varejo de lojas físicas no Brasil. O Índice de Performance do Varejo (IPV) registrou retração de 12,2% no faturamento nacional ante o mesmo mês de 2024, puxada pela forte queda de 23,7% no volume de vendas nos shoppings centers. As lojas de rua foram o único alívio no período, apresentando crescimento de 2,5% no faturamento. O panorama também foi negativo, com queda de 13,4% no fluxo de shoppings e de 9% no fluxo de lojas de rua. O segmento "Outros artigos de uso pessoal e doméstico" teve o melhor desempenho, com crescimento de 9% no faturamento. Por outro lado, o setor de "Tecidos, vestuário e calçados" foi o mais impactado, com retração de 20%.

Balanco patrimonial	2018	2017*	2016*		
(representado Nota 23)*					
Ativo/Circulante	15.248	15.807	12.308		
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 7)	3.779	3.610	2.490		
Contas a receber de clientes (Nota 8)	10.310	11.250	9.060		
Impostos a recuperar (Nota 10)	449	192	178		
Estornos	80	26	80		
Débitos contábeis a receber (Nota 9)	684	675	580		
Não circulante	10.031	11.657	10.304		
Realizável a longo prazo					
Impostos a recuperar (Nota 10)	256	685	597		
Débitos contábeis a receber (Nota 9)	978	10.968	9.701		
Imobilizado (Nota 11)	2	4	6		
Intangível					
Total do ativo	25.279	27.464	22.612		
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido					
	Capital social	Reservas de lucros	Lucros		
	total	Investimento	acumulados	Total	
Em 1º/01/2017 (representado)	4.000	800	6.593	-	11.393
Lucro líquido do exercício	-	-	-	7.172	7.172
Reserva Legal	-	160	-	(160)	-
Integralização de capital	800	-	-	(800)	-
Distribuição de lucros	-	-	-	(3.623)	(3.623)
Transfêrencia entre reservas	-	-	2.589	(2.589)	-
Em 31/12/2017 (representado)	4.800	960	9.182	7.047	16.949
Lucro líquido do exercício	-	-	-	(5.578)	(5.578)
Distribuição de lucros	-	-	-	(1.469)	-
Transfêrencia entre reservas	-	-	1.469	-	-
Em 31/12/2018	4.800	960	10.651	-	16.411

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

1. Contexto operacional: A Polivias S.A. Transportes e Serviços ("Companhia") tem entre seus principais objetivos a prestação de serviços com foco nas áreas de transporte e armazenagem, no território nacional e internacional, em diversos setores da economia, tais como: consumo, químicos e agropecuária. A Companhia é uma sociedade anônima de capital fechado sediada no Brasil, inscrita no CNPJ nº 06.978.238/0001-08, com escritórios estratégicos como São Paulo, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, Paraná, Santa Catarina, Mato Grosso, Bahia, bem como Argentina e Chile, e com escritórios administrativos no Uruguai e Paraguai. A emissão destas demonstrações financeiras foi autorizada pela diretoria em 29/08/2019.

2. Resumo das principais políticas contábeis: As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Quando indicado de outra forma, **2.1 Base de preparação e apresentação:** As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo as práticas contábeis adotadas no Brasil, emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, não obstante elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. Elas foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, ajustado para refletir os efeitos inflacionários. O reconhecimento e mensuração dos ativos e passivos financeiros requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. As áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como aquelas cujas premissas e estimativas são significativamente sensíveis a alterações, estão divulgadas na Nota 3.

3. Alterações adotadas pelas companhias: A seguir, indicamos as alterações de normas que foram adotadas pela primeira vez nos períodos apresentados. Essas alterações incluem:

a) Essa alteração aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros. A versão completa do CPC 48, norma internacional equivalente ao IASB 39, No Brasil, o CPC 48 vem em vigência a partir de 1º/01/2018, e substitui a orientação contida no CPC 38, que diz respeito à classificação e à mensuração de instrumentos financeiros híbridos. As principais alterações que a nova norma trouxe são: (i) novos critérios de classificação de instrumentos financeiros; (ii) novas regras de mensuração de instrumentos financeiros híbridos; (iii) perda esperada incorridas, em substituição ao modelo atual de perdidas esperadas; e (iv) flexibilização das exigências para adoção da contabilidade de *hedged*. O novo modelo para cálculo de perdas por *impairment* e reconhecimento de provisões para perdas será alterado de um modelo de perda incorrida para um modelo de perda esperada.

b) A Companhia optou pelo método prospectivo de adoção do CPC 48. (b) **CPC 47 - Receita de contratos com clientes:** Esta nova norma se baseia no princípio de que a receita é reconhecida quando a entidade transfere controle sobre o produto ou serviço prometido. Isso determina que a Companhia deve divulgar informações suficientes para compreensão da natureza, valor, época e certeza de receitas e fluxos de caixa provenientes de contratos com clientes. Para isso, deve-se divulgar informações qualitativas e quantitativas sobre os contratos com clientes, julgamentos significativos e mudanças nos julgamentos ao aplicar este pronunciamento aos contratos e quaisquer ativos reconhecidos à partir dos custos acumulados para obter ou cumprir um contrato com cliente. A Companhia não identificou impactos decorrentes da adoção desta norma.

c) **Modo de apresentação:** Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados de acordo com a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua (*"moeda funcional"*). As demonstrações financeiras estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Companhia e, estão sendo apresentada em milhares de reais, que é a moeda de apresentação. (b) **Trocas e saldos:** As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio em vigor nas datas das transações. As diferenças decorrentes da conversão das moedas estrangeiras em moeda funcional são tratadas como resultados cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio final do período, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado. **2.3 Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses.

A Diretoria

As demonstrações financeiras completas auditadas, incluindo o respectivo relatório do auditor independente, estão disponíveis no seguinte endereço: <https://jornalempresasenegocios.com.br>



POLIVIAS
TRANSPORTES

Balanco patrimonial		2019	2018
Ativo/Circulante		14.749	15.248
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 7)		2.911	3.779
Contas a receber de clientes (Nota 8)		10.782	10.310
Impostos a recuperar (Nota 10)		495	449
Estoques		83	26
Demais contas a receber (Nota 9)		478	684
Não circulante		16.702	10.031
Impostos a recuperar (Nota 10)		321	256
Demais contas a receber (Nota 9)		307	68
Arendamento mercantil (Nota 11)		4.983	
Imobilizado (Nota 11)		11.091	9.705
Intangível			2
Total do ativo		31.451	25.279

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido					
	Capital social		Reservas de lucros		Lucros
	4.800	960	Investimento	10.651	acumulados
Em 1º/01/2018	4.800	960	10.651		14.942
Lucro líquido do exercício	-	-	-	7.047	7.047
Distribuição de lucros	-	-	-	(5.578)	(5.578)
Transferência entre reservas	-	-	1.469	(1.469)	-
Em 31/12/2018	4.800	960	10.651	-	16.411
Lucro líquido do exercício	-	-	-	6.630	6.630
Distribuição de lucros	-	-	-	(6.970)	(6.970)
Transferência entre reservas	-	-	(340)	340	-
Em 31/12/2019	4.800	960	10.311	-	16.071

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

1. Contexto operacional: A Polivias S.A. Transportes e Serviços ("Companhia") tem entre seus principais objetivos a prestação de serviços com foco nas áreas de transporte e armazenamento de cargas, com atuação nacional e internacional. A Companhia é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede em São Paulo e filiais em locais estratégicos como: São Paulo, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, Paraná, Santa Catarina, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Bahia, bem como Argentina e Chile, e com escritórios administrativos no Uruguai e Paraguai. A emissão destas demonstrações financeiras foi autorizada pela diretoria da Companhia, sob a supervisão da Comissão de Administração e Contabilidade. As demonstrações financeiras foram elaboradas com base nos registros contábeis aplicados na preparação destas demonstrações financeiras estáo definidas e aprovadas pela diretoria da Companhia. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados e não houve alteração quando indicado de outra forma. **2.1 Base de preparação e apresentação:** As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo as práticas contábeis adotadas no Brasil, emendas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de contabilidade (IFRS) emitidas pelo Conselho de Normalização de Contas, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. Elas foram preparadas considerando o custo histórico como base de avaliação. A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis e julgamentos e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia na interpretação e aplicação das políticas contábeis. As áreas que requerem maior nível de julgamento são as seguintes: a) avaliação de ativos e passivos não tangíveis; b) avaliação de ativos e passivos contingentes; e c) avaliação de ativos e passivos contingentes. A administração não reconhece ativos e passivos contingentes que não são significativos para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3. **2.2 Conversão de moeda:** a) **Moeda funcional e moeda de apresentação:** Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados de acordo com a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua ("moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Companhia, e estão expressas em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma. b) **Moeda de transação e saldos:** As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação de ativos e passivos, exceto quando indicado de outra forma. c) **Moeda de liquidação:** na qual os itens são mensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício são atribuídos a ativos e passivos contingentes estrangeiros, são reconhecidos na data da liquidação e são apresentados na Nota 3. **2.3 Caixa e equivalentes:** A Companhia considera como caixa e equivalentes de caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de liquidez imediata, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor. **2.4 Ativos financeiros; 2.4.1 Classificação:** A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado, mensurados ao valor justo por meio do resultado abrangente e custo amortizado. **2.4.2 Ativos financeiros; 2.4.2.1 Caixa e equivalentes:** Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado, em 31/12/2019, a Companhia não possuía ativos financeiros mensurados ao valor justo. **2.4.3 Ativos financeiros ao custo amortizado:** Os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo financeiro circulante, os aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de liquidação, do balanço patrimonial, os quais não são incluídos em caixa e equivalentes de caixa. Os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado compreendem "Caixa e equivalentes de caixa" e "Contas a receber de clientes". **2.4.2 Reconhecimento e mensuração:** As compras e a

A Diretoria

As demonstrações financeiras completas auditadas, incluindo o respectivo relatório do auditor independente, estão disponíveis no seguinte endereço: <https://jornalempresasenegocios.com.br>.

	2019	2018
Passivo/Circulante	8.076	5.521
Financiamentos (Nota 12)	3.357	2.677
Fornecedores (Nota 13)	1.810	1.709
Salários e encargos (Notas 14)	861	695
Impostos a recolher e obrigações sociais	60	172
Imposto de renda e contribuição social a pagar	65	55
Arendamento mercantil a pagar (Nota 16)	1.147	
Demais contas a pagar (Nota 13)	146	213
Não circulante	7.304	3.347
Financiamentos (Nota 12)	2.609	2.652
Provisão para contingências (Nota 15)	675	675
Demais contas a pagar (Nota 13)		20
Arendamento mercantil a pagar (Nota 16)	4.020	
Patrimônio líquido (Nota 17)	16.071	16.411
Capital social	4.800	4.800
Reservas de lucros	11.271	11.611
Total do passivo e patrimônio líquido	31.451	25.279

venças regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos das transações e das despesas financeiras. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos a receber tenham vencido ou tenham sido transferidos, todos os riscos e os benefícios da propriedade. Os ativos financeiros são avaliados pelo valor justo, menos o valor devido, baseado no balanço de taxa efetiva de juros. As variações cambiais de itens monetários são reconhecidas no resultado do exercício. **2.4.3. Compensação de instrumentos financeiros:** Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. A compensação é permitida quando os ativos e passivos financeiros são reconhecidos sob a mesma base contábil, normal dos negócios e no caso de inadimplência, insolvência ou falência da Companhia ou da contraparte. **2.4.4. Impairment de ativos financeiros: (a) Ativos mensurados ao custo amortizado:** Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos de *impairment* são incorridos somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de uma ou mais das seguintes condições: (i) a Companhia ou o grupo de ativos financeiros sofreu um "evento de perda" e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável. O valor da perda por *impairment* é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa estimados (excluindo os prejuízos de créditos futuros que não foram inicialmente descontados a taxa de juros efetiva); (ii) a Companhia ou o grupo de ativos financeiros sofreu uma mudança no valor do prejuízo é reconhecida na demonstração do resultado. A Companhia avalia no final de cada exercício se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros estão deteriorados. **2.5 Contas a receber de clientes:** As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela prestação de serviços no curso das principais atividades da Companhia. Se o prazo de recebimento for superior a 90 dias, os valores contábeis são corrigidos por provisões para créditos em aberto. Caso contrário, são apresentadas no ativo não circulante. As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado menos o custo de depreciação. Os valores contábeis são avaliados com base no balanço de taxa efetiva de juros menos a provisão para perda esperada da carteira de créditos de liquidação duvidosa ("PCLD" ou *impairment*). Uma provisão apenas é constituída quando há evidência objetiva de que os valores contábeis não representam o valor justo, menos os valores devidos de acordo com as condições originais das contas a receber. Na prática, o valor justo das contas a receber de clientes não diverge do valor das vendas, considerando os prazos médios de recebimento. **2.6 Imobilizado:** Os itens do imobilizado são demonstrados ao custo, menos o valor de depreciação e de qualquer perda não recuperável acumulada. Os custos de aquisição incluem os custos diretos incorridos para preparar o ativo para o uso pretendido pela administração, incluindo custos de financiamento. A Companhia não inclui no valor contábil de um item do imobilizado somente quando for provável que este custo lhe proporcione futuros benefícios econômicos. Os terrenos não são depreciados devido à depreciação de outros ativos é calculada com base no método linear para alocação de custos, menos o valor residual durante a vida útil, que é estimada como segue: • Caminhões, veículos e equipamentos - 5 anos, os valores residuais, a vida útil e os métodos de depreciação dos ativos são revisados e ajustados, se necessário, quando existir uma indicação de mudança significativa desde a última data de balanço. O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior que o valor recuperável. O valor recuperável é o maior valor entre o valor estimado determinado pela comparação do valor de venda com o valor contábil e os valores reconhecidos em outras transações operacionais na demonstração do resultado. **2.7 Provisões para perdas por impairment em ativos não financeiros:** Os ativos não financeiros são revisados anualmente para verificação do valor recuperável. Quando houver indicio de perda do valor recuperável (*impairment*), a perda é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor recuperável. Uma perda é reconhecida pelo valor em que o valor contábil do ativo exceda seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo (ou de uma UGC), menos as despesas de venda, e o valor em uso

A Diretoria

As demonstrações financeiras completas auditadas, incluindo o respectivo relatório do auditor independente, estão disponíveis no seguinte endereço: <https://jornalempresasenegocios.com.br>.

Demonstração do resultado	2019	2018
Receita de serviços prestados (Nota 18)	104.467	118.590
Custo dos serviços prestados (Nota 19)	(87.968)	(100.888)
Lucro bruto	16.499	17.702
Despesas gerais e administrativas e comerciais (Nota 19)	(6.617)	(7.886)
Outras receitas, líquidas	1.257	677
Lucro operacional	11.139	10.493
Racetas financeiras	315	1.300
Despesas financeiras	(1.509)	(1.656)
Resultado financeiro (Nota 20)	(1.194)	(356)
Lucro antes do IR e da CS	9.945	10.137
Imposto de renda e contribuição social (Nota 21)	(3.315)	(3.090)
Lucro líquido do exercício	6.630	7.047
Lucro líquido por ação	13,813	14,681
Demonstração do resultado abrangente	2019	2018
Lucro líquido do exercício	6.630	7.047
Total do resultado abrangente do exercício	6.630	7.047

em fase de avaliação de perda, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGCs)). Os ativos não financeiros que tenham sofrido redução, são revisados para identificar uma possível reversão da provisão para perdas por *impairment* na data do balanço.

2.10.8 Financiamentos: Os financiamentos são inicialmente reconhecidos pelo valor da transação (ou seja, pelo valor recebido do banco, incluindo os custos da transação) e subsequentemente demonstrados pelo custo amortizado. As despesas com juros são reconhecidas com base no método de taxa de juros efetiva ao longo do prazo do financiamento de longo prazo.

2.10.9 Juros: Os juros são incluídos de acordo com a seguinte tabela correspondente aos tipos de juros:

- (a) Juros sobre passivos não circulantes: Os financiamentos de longo prazo são classificados no passivo não circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço. Nesse caso, os financiamentos são classificados no passivo não circulante.
- (b) **2.10.9.1 Fornecedores:** As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos da Companhia. Os fornecedores são classificados no passivo não circulante se o pagamento devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, o valor justo das contas a pagar a fornecedores não difere do valor das compras, considerando os prazos médios de pagamento.
- (c) **2.10.9.2 Provisões para contingências:** As provisões para contingências são totais de provisões legais ou não formalizadas como resultado de eventos já ocorridos; (i) e provável que uma mudança de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (ii) o valor puder ser estimado com segurança. As provisões não incluem as perdas operacionais futuras. Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidação é determinada com base no custo das obrigações semelhantes totais.
- (d) **2.10.9.3 Provisões para contingências:** As provisões para contingências são totais de provisões legais ou não formalizadas como resultado de eventos já ocorridos, com qualquer item individual incluída mesmo que a probabilidade de liquidação se relaciona com qualquer item individual incluída na mesma classe de obrigações seja pequena. As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflete as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação é reconhecido como uma despesa.

2.11 Capital social: O capital social da Companhia, totalmente integralizado, é de R\$ 4.800, representado por 480.000 ações nominativas com valor unitário de R\$ 10,00 (quatro mil e oitocentas reais), divididas em duas classes de ações: (a) 240.000 ações ordinárias nominativas com 1 voto; e (b) 240.000 ações preferenciais nominativas.

2.12 Reconhecimento da receita: A receita é reconhecida com base no custo e no justo valor das transações da Companhia. A receita é apresentada líquida de impostos sobre vendas, de devoluções, de abatimentos e de descontos. Geralmente, o montante de receitas é equivalente ao valor das notas fiscais emitidas.

(a) Receita de serviços: A partir de 1º/01/2018, a receita é reconhecida ao longo do tempo conforme a prestação dos serviços. O valor da receita a ser reconhecida é avaliado com base em avaliações periódicas tomando por base a conclusão dos serviços.

(b) Receita financeira: A receita financeira é reconhecida com base no método da taxa de juros efetiva.

2.13 Imposto de renda e contribuição social: As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos com base na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com o custo de aquisição de ativos. Os impostos diferidos são reconhecidos com base no montante líquido do cargo de imposto de renda ("IRPJ") e a contribuição social ("CSLL") corrente e diferido é calculado com base nas leis tributárias promulgadas. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas apurções de impostos sobre a renda em relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável da margem a interpretação das disposições, quando apropriado, com base nas informações disponíveis.

2.14 Imposto de renda e contribuição social diferidos: Os impostos diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e seus valores contábeis nas

Contador: Adeildo da Silva Lins - CRC: 1SP271088/0-9

<https://jornalempresasenegocios.com.br/>

Demonstrações dos fluxos de caixa		2018	2017*
(representado Nota 23*)			
Lucro antes do IR e CS		10.137	9.862
Ajustes de			
Depreciação e amortização	1.775	1.564	
Provisão para perda esperada de contas a receber (Nota 8)	230	-	
Variação nas contas de ativo e passivo:	12.142	11.426	
Contas a receber de clientes	710	(2.190)	
Impostos a recuperar	172	(102)	
Estoques	54	(80)	
Demais contas a receber	(77)	(95)	
Fornecedores e demais contas a pagar	(522)	565	
Impostos a receber e obrigações sociais	273	72	
Imposto de renda e contribuição social pagos	(3.529)	(2.422)	
Caixa gerado pelas atividades operacionais	8.671	7.172	
Fluxos dos investimentos: Aquisição de imobilizado	-	(451)	
Caixa aplicado nas atividades de investimento	-	(451)	
Fluxo dos financiamentos			
Liquidação de empréstimos e financiamentos	(3.036)	(1.978)	
Captação de empréstimos e financiamentos	106	-	
Dividendos pagos (Nota 16)	(5.578)	(3.623)	
Caixa aplicado nas atividades de financiamento	(8.508)	(5.601)	
Aumento do saldo de caixa equivalente de caixa	169	1.121	
Caixa e equivalente de caixa no início do exercício	3.610	2.490	
Caixa e equivalente de caixa no final do exercício	3.779	3.610	

rendimentos financeiros. Estes são atípicos no início do arrendamento, pelo menor valor entre o valor justo do bem arrendado e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento. Cada parcela paga do arrendamento é alçada entre o passivo e os encargos financeiros pelo método de taxa efetiva de juros. As obrigações correspondentes, liquidadas pelo método de taxa efetiva de juros, são atribuídas à rubrica "Empreendimento financeiro" no balanço patrimonial. O imobilizado adquirido por meio de arrendamento financeiro é depreciado pelo menor período entre o útil do ativo e o prazo estabelecido para arrendamento. Os pagamentos efetuados para arrendamentos operacionais (líquidos de quaisquer incentivos recebidos do arrendador) são reconhecidos na demonstração do resultado pelo método linear, durante o período do arrendamento. **2.16 Normas novas que ainda não estão em vigor:** As seguintes novas normas foram emitidas pelo *International Accounting Standard Board (IASB)* pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), mas não foram aprovadas pelo Conselho de Normas Contábeis (CNC). A norma **IASB**, não é permitida, no Brasil, pelo CPC. **(a) CPC (a) 06 (R2) – Operações de Arrendamento Mercantil:** Com essa nova norma, os arrendatários passam a ter que reconhecer o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado para praticamente todos os contratos de arrendamento mercantil, incluindo os operacionais, podendo ficar fora do escopo dessa nova norma determinados contratos de curto prazo ou de pequenos montantes. Os critérios de reconhecimento e mensuração dos arrendamentos nas demonstrações financeiras dos arrendadores ficam substancialmente mantidos. Os arrendatários deverão reconhecer o ativo e o passivo decorrentes da operação de arrendamento inicial de em/ou após 1º/01/2019 e substituí-lo CPC 06 (R1) – “Operações de Arrendamento Mercantil” e correspondentes interpretações. A administração avaliou todos os contratos de arrendamento durante o último ano em face das novas regras contábeis de arrendamento – no IFRS 16. A norma irá afetar, em especial, a contabilização dos arrendamentos operacionais. **(b) CPC 22 – Incerteza sobre tratamentos de impostos sobre o lucro:** O CPC 22 tem o objetivo de examinar em profundidade e na prática os impactos decorrentes da incerteza sobre os resultados e os impostos. A norma será aplicada a partir de quanto a uma CPC 22 se aplica somente ao Imposto de renda e determinação das. As vezes não está claro como a legislação tributária se aplica a uma determinada transação ou circunstância. Então, não há certeza como deve ser apresentado nas demonstrações financeiras. De acordo com a CPC 22, o teste-chave é se é provável que a autoridade fiscal aceite o tratamento fiscal escolhido pela Companhia. Caso a decisão seja que a autoridade fiscal aceitará o tratamento, os valores nas demonstrações financeiras são os mesmos que os apresentados nas informações fiscais. Caso contrário, os valores apresentados nas demonstrações financeiras são os valores das informações fiscais. **(c) CPC 22 se aplica para períodos anuais com início em/ou após 1º/01/2019, a Companhia está discutindo a interpretação com especialistas para entender plenamente o potencial impacto. Até o momento não há outras normas ou interpretações contábeis que possam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Companhia.**

3. Estimativas e julgamentos contábeis críticos: **3.1 Estimativas e premissas contábeis críticas:** Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com o intuito de assegurar que as demonstrações financeiras apresentadas refletem adequadamente os resultados operacionais e a situação financeira. Algumas dessas estimativas e premissas são consideradas críticas, pois se forem incorretas, poderão ter um impacto significativo nos resultados operacionais e na situação financeira. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir: **(a) Vidas úteis de ativos imobilizados:** Os ativos imobilizados são depreciados, respectivamente, durante sua vida útil. A vida útil é baseada nas estimativas da Administração em relação ao período em que os ativos gerarão receitas e é periodicamente avaliada para adequação com as mudanças nas estimativas por ocasião de uma alteração significativa no contábil e os ativos são depreciados com base no resultado do exercício conforme as novas estimativas. Mais detalhes, incluindo valores contábeis, estão apresentados na Nota 11. **(b) Provisões para contingências:** A Companhia é parte em processos judiciais trabalhistas, sendo as provisões para demandas judiciais constituídas para todos os processos cuja probabilidade de perda seja provável. Essa análise de probabilidade é realizada pela Companhia com o auxílio dos assessores legais externos. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, incluindo a análise da natureza dos fatos e circunstâncias, a análise dos fatos e circunstâncias e a sua relevância jurídica, o histórico de ocorrência e os valores envolvidos (Notas 15). **25. Eventos subsequentes:** Em 2019 a Companhia contratou empréstimos e financiamentos no montante de R\$ 3.730 para a aquisição de veículos na modalidade de Financeiro com encargos anuais entre 9,25% e 9,77%.

Contador: Adeildo da Silva Lins - CRC: 1SP271088/0-9

<https://jornalempresasenegocios.com.br>

	2019	2018
Demonstração dos fluxos de caixa		
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	9.945	10.137
Ajustes de:		
Depreciação e amortização	3.180	1.775
Ganho da venda de imobilizado	(630)	-
Provisão para perda esperada de contas a receber (Nota 8)	-	230
	12.495	12.142
Variação nas contas de ativo e passivo:		
Contas a receber de clientes	(472)	710
Impostos a recuperar	(111)	172
Estoques	(57)	54
Demais contas a receber	(33)	(77)
Fornecedores e demais contas a pagar	180	(522)
Impostos a recolher e obrigações sociais	(112)	(273)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(2.675)	(3.529)
	(3.280)	(3.465)

Caixa gerado pelas atividades operacionais	9.215	8.677
Fluxos dos investimentos		
Alienação de imobilizado	1.020	–
Caixa aplicado nas atividades de investimento	1.020	–
Fluxo dos financiamentos		
Liquidação de empréstimos, financiamentos e arrendamentos	(4.242)	(3.036)
Captação de empréstimos e financiamentos	109	106
Dividendos pagos (Nota 17)	(6.970)	(5.578)
Caixa aplicado nas atividades de financiamento	(11.103)	(8.519)
Aumento (redução) do saldo de caixa e equivalente de caixa	(868)	1.661
Caixa e equivalente de caixa no início do exercício	3.779	3.610
Caixa e equivalente de caixa no final do exercício	2.911	3.779

demonstrações financeiras:

2.14 Arrendamentos: Políticas contábeis aplicáveis a partir de 01/07/2019: No início de um contrato, a Companhia avalia se um contrato é ou contém um arrendamento. Um contrato é, ou contém um arrendamento, se transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. Para avaliar se um contrato transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado, a Companhia considera se há uma obrigação contratual explícita ou implícita de transferência do direito de uso e subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinado com base no prazo da atividade econômica. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido pelo passivo devido ao pagamento de arrendamento. Se houver ajuste para determinadas remensurações da redução de arrendamento. O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos e remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa.

2.15 ICP 22 - Incertezas em relação a tratamentos tributários: Esta interpretação esclarece como aplicar os requisitos de reconhecimento em demonstrações financeiras para as incertezas relacionadas aos efeitos fiscais de transações e eventos de imposto sobre a renda e contribuição social sobre o lucro líquido. De acordo com a interpretação, as empresas devem reconhecer o seu ativo ou passivo fiscal, corrente ou diferido, aplicando os requisitos do CPC 32 com base no lucro tributável (prejuízo fiscal), nas bases fiscais, nas perdas fiscais não utilizadas, nos créditos fiscais não utilizados e nas alíquotas fiscais, determinados com base nesta interpretação. Esta interpretação também estabelece critérios para determinar quando as informações são relevantes referente à referida interpretação que não vinham sendo divulgadas nas demonstrações financeiras da Companhia.

3. Estimativas e julgamentos contábeis críticos:

3.1 Estimativas e premissas contábeis críticas: Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes reais seriam iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que podem ser consideradas críticas são aquelas que envolvem julgamentos significativos sobre valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir:

A) Vidas úteis de ativos imobilizados: Os ativos imobilizados são depreciados, respectivamente, durante sua vida útil. A vida útil é baseada nas estimativas da Administração em relação ao período em que os ativos gerarão receitas e é periodicamente revista para adequação contínua. Alterações nas estimativas poderão resultar em variações significativas no valor contábil e os novos valores são apropriados ao resultado do exercício seguinte.

B) Provisão para contingências: A Companhia é parte em processos judiciais trabalhistas, sendo as provisões para demandas judiciais constituídas para todos os processos cuja probabilidade de perda seja provável. Essa análise de probabilidade é realizada pela Companhia com o auxílio dos assessores legais externos. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das fontes de recursos, a natureza dos fatos e circunstâncias envolvidas, a experiência jurídica, o histórico de ocorrência e os valores envolvidos (Nota 15).

25. Eventos subsequentes: A Companhia obteve, em março de 2021, empréstimo por meio de Nota de Crédito à Exportação no montante de R\$4.000 mil com vencimento em março de 2022

Contador: Adeildo da Silva Lins - CRC: 1SP271088/0-9

[os://jornalempresasenegocios.com.br/](http://jornalempresasenegocios.com.br/)



Balanço patrimonial		2020	2019
Ativo/Circulante		25.927	14.749
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 7)		9.370	2.911
Contas a receber de clientes (Nota 8)		15.632	10.782
Impostos a recuperar (Nota 10)		376	495
Estoques		9	83
Demaís contas a receber (Nota 9)		540	478
Não circulante		16.944	16.702
Impostos a recuperar (Nota 10)		189	321
Demaís contas a receber (Nota 9)		-	307
Arrendamento mercantil (Nota 11)		7.223	4.983
Imobilizado (Nota 11)		9.533	11.091
Total do ativo		42.871	31.451

Demonstração das mutações do patrimônio líquido		Reservas de lucros		Lucros acumulados		Total	
Capital social	Legal	Investimento					
Em 01/01/2019	4.800	960	10.651			16.411	
Lucro líquido do exercício	-	-	-	6.630	6.630		
Distribuição de lucros	-	-	-	(6.970)	(6.970)		
Transferência entre reservas	-	-	(340)	340			
Em 31/12/2019	4.800	960	10.311			16.071	
Lucro líquido do exercício	-	-	-	16.709	16.709		
Distribuição de lucros	-	-	-	(10.326)	(10.326)		
Transferência entre reservas	-	-	6.382	(6.382)	-		
Em 31/12/2020	4.800	960	16.693			22.453	

1. Contexto operacional: A Polívia S.A. Transportes e Serviços ("Companhia") tem entre seus principais objetivos a prestação de serviços com foco nas áreas de transporte e armazenagem, no território nacional e internacional, em diversos setores da economia, tais como: bens de consumo, químicos e agrogneócio. A Companhia é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede em São Paulo e filiais em locais estratégicos como: São Paulo, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, Paraná, Santa Catarina, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Bahia, bem como Argentina e Chile, e com escritórios administrativos no Uruguai, Paraguai e Bolívia. A emissão destas demonstrações financeiras foi autorizada pela diretoria em 17/01/2022. **2. Resumo das principais políticas contábeis:** As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo quando indicado de outra forma. **2.1 Base de preparação e apresentação:** As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. Elas foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor. A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. As áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como aquelas cujas premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3. **2.2 Conversão de moeda:** (a) **Moeda funcional e moeda de apresentação:** Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados de acordo com a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua ("moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Companhia e está sendo apresentada em milhares de reais, que é a sua moeda de apresentação. (b) **Transações e saldos:** As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação, na qual os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado. **2.3 Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor. **2.4 Ativos financeiros:** **2.4.1 Classificação:** A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado, mensurados ao valor justo por meio do resultado abrangente e custo amortizado. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. Em 31/12/2020, a Companhia não possuía ativos financeiros mensurados ao valor justo. (a) **Ativos financeiros ao custo amortizado:** Os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado compreendem

Balanço patrimonial		2020	2019
Passivo e patrimônio líquido/Circulante		12.910	8.076
Empréstimos e financiamentos (Nota 12)		5.512	3.357
Fornecedores (Nota 13)		2.010	1.810
Salários e encargos (Notas 14)		965	861
Impostos a recolher e obrigações sociais		64	60
IR e CS a pagar		2.219	695
Arrendamento mercantil a pagar (Nota 22)		1.994	1.147
Demaís contas a pagar (Nota 13)		147	346
Não circulante		7.508	7.344
Empréstimos e financiamentos (Nota 12)		1.465	2.609
Provisões para contingências (Nota 15)		410	675
Arrendamento mercantil a pagar (Nota 22)		5.633	4.020
Patrimônio líquido (Nota 16)		22.453	16.071
Capital social		4.800	4.800
Reservas de lucros		17.653	11.271
Total do passivo e patrimônio líquido		42.871	31.451

"Caixa e equivalentes de caixa" e "Contas a receber de clientes". **2.4.2 Reconhecimento e mensuração:** As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos das transações financeiras. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos a receber tenham vencido ou tenham sido transferidos, todos os riscos e os benefícios da propriedade. Os ativos financeiros classificados como custo amortizado são mensurados usando o método da taxa efetiva de juros. As variações cambiais de itens monetários são reconhecidas no resultado do exercício. **2.4.3 Compensação de instrumentos financeiros:** Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. O direito legal não deve ser contingente a eventos futuros e deve ser aplicável no curso normal dos negócios e no caso de inadimplência, insolvência ou falência da Companhia ou da contraparte. **2.4.4 Impairment de ativos financeiros:** (a) **Ativos mensurados ao custo amortizado:** Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos de impairment são incorridos somente se há evidência objetiva de impairment como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável. O valor da perda por impairment é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. A Companhia avalia no final de cada exercício se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros estão deteriorados. **2.5 Contas a receber de clientes:** As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, são apresentadas no ativo não circulante. As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a provisão para perda esperada de créditos de liquidação duvidosa ("PCLD" ou impairment). Uma provisão apenas é constituída quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia não receberá todos os valores devidos de acordo com as condições originais das contas a receber. Na prática, o valor justo das contas a receber de clientes não diverge do valor das vendas, considerando os prazos médios de recebimento. **2.6 Imobilizado:** Os itens do imobilizado são demonstrados ao custo, menos o valor da depreciação e de qualquer perda não recuperável acumulada. O custo inclui os gastos diretamente atribuíveis necessários para preparar o ativo para o uso pretendido pela administração, excluindo custos de financiamentos. A Companhia inclui no valor contábil de um item do imobilizado somente quando for provável que este custo lhe proporcione futuros benefícios econômicos. Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada com base no método linear para alocação de custos, menos o valor residual durante a vida útil, que é estimada como segue: a) Caminhão trator, semirreboque e empilhadeiras - 10 anos; b) Automóveis - 5 anos; c) Máquinas e equipamentos, equipamentos de informática, equipamentos de rastreamento - 5 anos; d) Móveis, utensílios e equipamentos - 5 anos. Os valores residuais, a vida útil e os métodos de depreciação dos ativos são revisados e ajustados, se necessário, quando existir uma indicação de mudança significativa desde a última data de balanço. O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior que seu valor recuperável estimado. Os ganhos e as perdas em alienações são determinados pela comparação do valor de venda com o valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas operacionais" na demonstração do resultado. **2.7 Provisões para perdas por impairment em ativos não financeiros:** Os ativos não financeiros são revisados anualmente para

Demonstração do resultado		2020	2019
Receita de serviços prestados (Nota 17)		108.827	104.467
Custo dos serviços prestados (Nota 18)		(81.053)	(87.968)
Lucro bruto		27.774	16.499
Despesas gerais e administrativas e comerciais (Nota 18)		(5.996)	(6.617)
Outras receitas operacionais (Nota 24)		4.226	1.257
Lucro operacional		26.004	11.139
Receitas financeiras		1.330	315
Despesas financeiras		(1.925)	(1.509)
Resultado financeiro (Nota 19)		(595)	(1.194)
Lucro antes do IR e da CS		25.409	9.945
IR e CS (Nota 20)		(8.700)	(3.315)
Lucro líquido do exercício		16.709	6.630
Lucro líquido por ação		34.809	13.813

Demonstração do resultado abrangente
Lucro líquido do exercício 16.709 6.630
Total do resultado abrangente do exercício 16.709 6.630

verificação do valor recuperável. Quando houver indício de perda do valor recuperável (impairment), o valor contábil do ativo (ou a unidade geradora de caixa à qual o ativo tenha sido alocado) será testado. Uma perda é reconhecida pelo valor em que o valor contábil do ativo exceda seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo (ou de uma UGC), menos as despesas de venda, e o valor em uso. Para fins de avaliação de perda, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGCs)). Os ativos não financeiros que tenham sofrido redução, são revisados para identificar uma possível reversão da provisão para perdas por impairment na data do balanço. Para o exercício findo em 31/12/2020 não foram identificados indicativos de impairment. **2.8 Empréstimos e financiamentos:** Os empréstimos e financiamentos são inicialmente reconhecidos pelo valor da transação (ou seja, pelo valor recebido do banco, incluindo os custos da transação) e subsequentemente demonstrados pelo custo amortizado. As despesas com juros são reconhecidas com base no método de taxa de juros efetiva ao longo do prazo do empréstimo e financiamento de tal forma que na data do vencimento o saldo contábil corresponde ao valor devido. Os juros são incluídos em despesas financeiras. Os empréstimos e financiamentos são classificados no passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço. Nesse caso, os empréstimos e financiamentos são classificados no passivo não circulante. **2.9 Fornecedores:** As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, o valor justo das contas a pagar a fornecedores não diverge do valor das compras, considerando os prazos médios de pagamento. **2.10 Provisões:** As provisões são reconhecidas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor puder ser estimado com segurança. As provisões não incluem as perdas operacionais futuras. Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquida-las é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena. As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflete as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira. **2.11 Capital social:** O capital da Companhia, totalmente integralizado, é de R\$ 4.800, representado por 480.000 ações nominativas com valor unitário de R\$ 10,00 (dez reais), divididas em duas classes de ações: (a) 240.000 ações ordinárias nominativas e (b) 240.000 ações preferenciais nominativas, as quais são preferências aos acionistas no momento do pagamento de dividendos. **2.12 Reconhecimento da receita:** A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos sobre vendas, de devoluções, de abatimentos e de descontos. Geralmente, o montante de receitas é equivalente ao valor das notas fiscais emitidas. (a) **Receita de serviços:** A receita é reconhecida no início da prestação de serviço. (b) **Receita financeira:** A receita financeira é reconhecida com base no progresso do trabalho. (c) **Receita de aluguel:** A receita é reconhecida com base no método da taxa de juros efetiva. **2.13 IR e CS:** As despesas de IR e CS do período compreendem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. O encargo de IR ("IRPJ") e a CS ("CSLL") corrente e diferido é calculado com

Demonstrações dos fluxos de caixa		2020	2019
Lucro antes do IR e CS		25.409	9.945
Ajustes de:			
Depreciação e amortização		3.624	3.180
Ganho da venda de imobilizado		-	(630)
Provisão para perda esperada de contas a receber (Nota 8)		257	-
		29.290	12.495
Variação nas contas de ativo e passivo:			
Contas a receber de clientes		(5.107)	(472)
Impostos a recuperar		251	(11)
Estoques		74	(57)
Demaís contas a receber		246	(33)
Fornecedores e demais contas a pagar		37	180
		(4.499)	(492)
Impostos a recolher e obrigações sociais		190	4
IR e CS pagos		(6.405)	(2.716)
Caixa gerado pelas atividades operacionais		17.619	9.215
Fluxos dos investimentos			
Alienação de imobilizado		40	1.020
Aquisição de imobilizado		(3.377)	(3.777)
Caixa aplicado nas atividades de investimento		(3.337)	1.020
Fluxo dos financiamentos			
Liquidação de empréstimos, financiamentos e arrendamentos		(4.497)	(4.242)
Captação de empréstimos e financiamentos		4.000	109
Dividendos pagos (Nota 16)		(10.326)	(6.970)
Caixa aplicado nas atividades de financiamento		(10.823)	(11.103)
Aumento (redução) do saldo de caixa e equivalente de caixa		6.459	(868)
Caixa e equivalente de caixa no início do exercício		2.911	3.779
Caixa e equivalente de caixa no final do exercício		9.370	2.911

base nas leis tributárias promulgadas. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas apurações de impostos sobre a renda em relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações; e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais. O IR e a CS diferidos passivos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. **2.14 Arrendamentos:** No início de um contrato, a Companhia avalia se um contrato é ou contém um arrendamento. Um contrato é, ou contém um arrendamento, se transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação. Para avaliar se um contrato transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado, a Companhia utiliza a definição de arrendamento do CPC 06 (R2). Os arrendamentos são constituídos por inócuos de terceiros e possuem prazos de 60 meses com a taxa percentual de 8% a.a. **2.15 ICPC 22 - incertezas em relação a tratamentos tributários:** Esta interpretação esclarece como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração do CPC 32 - Tributos sobre o Lucro, quando houver incerteza sobre os tratamentos de imposto sobre a renda e CS sobre o lucro líquido. De acordo com a interpretação, as empresas devem mensurar e reconhecer o seu ativo ou passivo fiscal, corrente ou diferido, aplicando os requisitos do CPC 32 com base no lucro tributável (prejuízo fiscal), nas bases fiscais, nas perdas fiscais não utilizadas, nos créditos fiscais não utilizados e nas alíquotas fiscais, determinados com base nesta interpretação. Esta interpretação está em vigor, desde 1/01/2019 e não foram identificados impactos relevantes referentes à referida interpretação que não vinham sendo divulgados nas demonstrações financeiras da Companhia. **3. Estimativas e julgamentos contábeis críticos:** **3.1 Estimativas e premissas contábeis críticas:** Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir. (a) **Vidas úteis de ativos imobilizados:** Os ativos imobilizados são depreciados durante sua vida útil. A vida útil é baseada nas estimativas da Administração em relação ao período em que os ativos gerarão receitas e é periodicamente revisada para adequação contínua. Alterações nas estimativas poderão resultar em variações significativas nos valores contábeis e os novos valores são apropriados ao resultado do exercício conforme as novas estimativas. Mais detalhes, incluindo valores contábeis, estão apresentados na Nota 11. (b) **Provisão para contingências:** A Companhia é parte em processos judiciais trabalhistas, sendo as provisões para demandas judiciais constituídas para todos os processos cuja probabilidade de perda seja provável. Essa análise de probabilidade é realizada pela Companhia com o auxílio dos assessores legais externos. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, a jurisprudência existente, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância jurídica, o histórico de ocorrência e os valores envolvidos (Nota 15).

Contador: Adélio da Silva Lins - CRC: 1SP271089/0-9

As demonstrações financeiras completas auditadas, incluindo o respectivo relatório do auditor independente, estão disponíveis no seguinte endereço: <https://jornalempresasenegocios.com.br/>



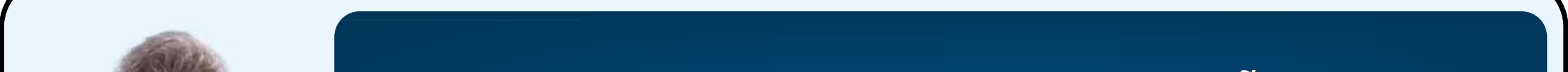
Balanço patrimonial		2021	2020
Ativo/Circulante		48.413	25.927
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 7)		13.650	9.370
Contas a receber de clientes (Nota 8)		33.077	15.632
Impostos a recuperar (Nota 10)		411	376
Estoques		9	83
Demaís contas a receber (Nota 9)		1.275	540
Não circulante		17.552	16.944
Impostos a recuperar (Nota 10)		399	189
Arrendamento mercantil (Nota 11)		5.155	7.223
Imobilizado (Nota 11)		11.998	9.533
Total do ativo		65.965	42.871


Demonstrações das mutações do patrimônio líquido		Reservas de lucros		Lucros acumulados		Total	
Capital social	Legal	Investimento					
Em 01/01/2020	4.800	960	10.311			16.071	
Lucro líquido do exercício	-	-	-	16.709	16.709		
Distribuição de lucros	-	-	-	(10.326)	(10.326)		
Transferência entre reservas	-	-	6.382	(6.382)	-		
Em 31/12/2020	4.800	960	16.693			22.453	
Lucro líquido do exercício	-	-	-	15.805	15.805		
Distribuição de lucros	-	-	-	(16.535)	(16.535)		
Transferência entre reservas	-	-	(730)	730	-		
Em 31/12/2021	4.800	960	15.963			21.723	

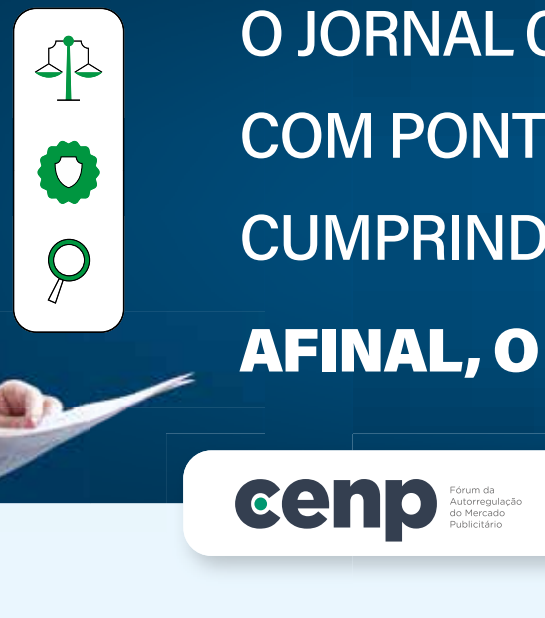
Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
1. Contexto operacional: A Polívia S.A. Transportes e Serviços ("Companhia") tem entre seus principais objetivos a prestação de serviços com foco nas áreas de transporte e armazenagem, no território nacional e internacional, em diversos setores da economia, tais como: bens de consumo, químicos e agrogneócio. A Companhia é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede em São Paulo e filiais em locais estratégicos como: São Paulo, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, Paraná, Santa Catarina, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Bahia, bem como Argentina e Chile, e com escritórios administrativos no Uruguai, Paraguai e Bolívia. A emissão destas demonstrações financeiras foi autorizada pela diretoria em 20/12/2022. **2. Resumo das principais políticas contábeis:** As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo quando indicado de outra forma. **2.1 Base de preparação e apresentação:** As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. Elas foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor. A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. As áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como aquelas cujas premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3. **2.2 Conversão de moeda:** (a) **Moeda funcional e moeda de apresentação:** Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados de acordo com a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua ("moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Companhia e está sendo apresentada em milhares de reais, que é a sua moeda de apresentação. (b) **Transações e saldos:** As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação, na qual os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado. **2.3 Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor. **2.4 Ativos financeiros:** **2.4.1 Classificação:** A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado, mensurados ao valor justo por meio do resultado abrangente e custo amortizado. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. Em 31/12/2021, a Companhia não possuía ativos financeiros mensurados ao valor justo. (a) **Ativos financeiros ao custo amortizado:** Os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado compreendem

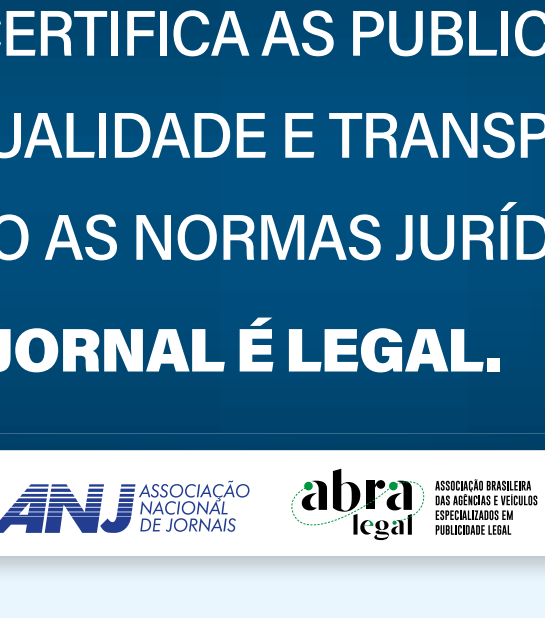
A Diretoria

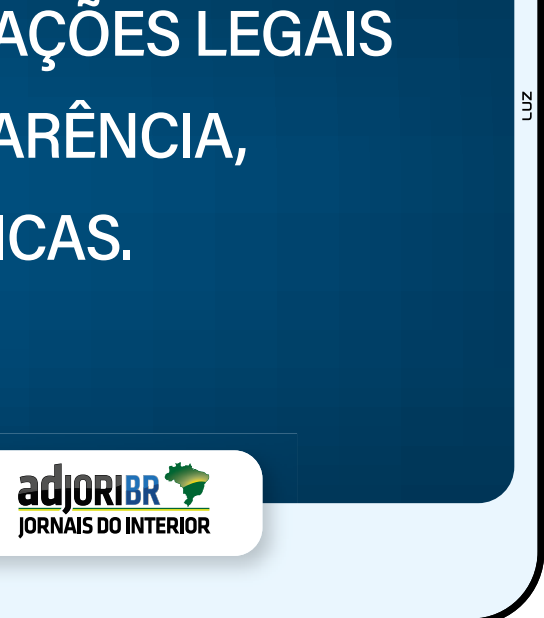
As demonstrações financeiras completas auditadas, incluindo o respectivo relatório do auditor independente, estão disponíveis no seguinte endereço: <https://jornalempresasenegocios.com.br/>











O JORNAL CERTIFICA AS PUBLICAÇÕES LEGAIS
COM PUNTUALIDADE E TRANSPARÊNCIA,
CUMPRINDO AS NORMAS JURÍDICAS.
AFINAL, O JORNAL É LEGAL.

LUZ



Balancos patrimoniais				
Ativo/Circulante	2022	2021		
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 7)	32.997	48.413		
Contas a receber de clientes (Nota 8)	12.458	13.650		
Impostos a recuperar (Nota 10)	18.595	33.077		
Demaís contas a receber (Nota 9)	520	411		
Não circulante	17.377	17.552		
Impostos a recuperar (Nota 10)	483	399		
Arrendamento mercantil (Nota 11)	3.088	5.155		
Imobilizado (Nota 11)	13.806	11.998		
Total do ativo	50.374	65.965		

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido				
Reservas de lucros				
	Capital social	Legal	Investimento	Lucros acumulados
Em 01/01/2021	4.800	960	16.693	22.453
Lucro líquido do exercício	-	-	-	15.805
Distribuição de lucros	-	-	-	(16.535)
Transfêrencia entre reservas	-	-	-	730
Em 31/12/2021	-	-	(730)	-
Lucro líquido do exercício	4.800	960	15.963	21.723
Distribuição de lucros	-	-	-	14.448
Transfêrencia entre reservas	-	-	-	(14.622)
Em 31/12/2022	4.800	960	15.789	21.549

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

1. Contexto operacional: A Polívias S.A. Transportes e Serviços ("Companhia") tem entre seus principais objetivos a prestação de serviços com foco nas áreas de transporte, armazenagem e despacho, no território nacional e internacional, em diversos setores da economia, tais como: bens de consumo, químicos e agropecuário. A Companhia é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede em São Paulo e filiais em locais estratégicos como: São Paulo, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, Paraná, Santa Catarina, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Bahia, bem como Argentina, Chile, Uruguai e Bolívia, e com escritório administrativo no Paraguai. A emissão destas demonstrações financeiras foi autorizada pela diretoria em 27/09/2024. As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo quando indicado de outra forma. **2.1. Base de preparação e apresentação:** As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. Elas foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor. A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. As áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como aquelas cujas premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3. **2.2. Conversão de moeda:** (a) **Moeda funcional e moeda de apresentação:** Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados de acordo com a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua ("moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Companhia e, está sendo apresentada em milhares de reais, que é a moeda de apresentação. (b) **Transações e saldos:** As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação, na qual os itens são mensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado. **2.3. Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor. **2.4. Ativos financeiros:** **2.4.1. Classificação:** A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado, mensurados ao custo amortizado e mensurados ao custo amortizado e custo amortizado. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. Em 31/12/2022, a Companhia não possuía ativos financeiros mensurados ao valor justo. (a) **Ativos financeiros ao custo amortizado:** Os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado compreendem "Caixa e equivalentes de caixa" e "Contas a Receber de clientes". **2.4.2. Reconhecimento e mensuração:** As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos das

A Diretoria

As demonstrações financeiras completas auditadas, incluindo o respectivo relatório do auditor independente, estão disponíveis no seguinte endereço: <https://jornalempresasnegocios.com.br/>



Balancos patrimoniais				
Ativo/Circulante	Notas	2023	2022	
Caixa e equivalentes de caixa	7	26.195	32.997	
Contas a receber de clientes	8	10.134	12.458	
Impostos a recuperar	10	14.134	18.595	
Demaís contas a receber	9	352	520	
Não circulante	17	1.575	1.424	
Impostos a recuperar	10	25.445	17.377	
Arrendamento mercantil	11	333	483	
Imobilizado	11	13.272	3.088	
Total do ativo	11	51.640	50.374	

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido				
Reservas de lucros				
	Capital social	Legal	Investimento	Lucros acumulados
Saldos em 1º/01/2022	4.800	960	715.963	21.723
Lucro líquido do exercício	-	-	-	14.448
Distribuição de lucros	-	-	-	(14.622)
Transfêrencia entre reservas	-	-	-	(174)
Saldos em 31/12/2022	4.800	960	15.789	21.549
Lucro líquido do exercício	-	-	-	13.539
Distribuição de lucros	-	-	-	(16.179)
Transfêrencia entre reservas	-	-	-	(2.640)
Saldos em 31/12/2023	4.800	960	13.148	18.909

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis

1. Contexto operacional: A Polívias S.A. Transportes e Serviços ("Companhia") têm entre seus principais objetivos a prestação de serviços com foco nas áreas de transporte, armazenagem e despacho, no território nacional e internacional, em diversos setores da economia, tais como: bens de consumo, químicos e agropecuário. A Companhia é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede em São Paulo e filiais em locais estratégicos como: São Paulo, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, Paraná, Santa Catarina, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Bahia, bem como Argentina, Chile, Uruguai e Bolívia, e com escritório administrativo no Paraguai. **2. Políticas contábeis materiais:** A emissão destas demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 27/09/2024. As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo quando indicado de outra forma. **2.1. Base de preparação e apresentação:** As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. Elas foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor. A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e, também, o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. As áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como aquelas cujas premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota Explicativa nº 3. **2.2. Conversão de moeda:** (a) **Moeda funcional e moeda de apresentação:** Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados de acordo com a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua ("moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Companhia e, está sendo apresentada em milhares de reais, que é a moeda de apresentação. (b) **Transações e saldos:** As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação, na qual os itens são mensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado. **2.3. Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor. **2.4. Ativos financeiros:** **2.4.1. Classificação:** A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado, mensurados ao custo amortizado e mensurados ao custo amortizado e custo amortizado. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. Em 31/12/2023, a Companhia não possuía ativos financeiros mensurados ao valor justo. (a) **Ativos financeiros ao custo amortizado:** Os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado compreendem "Caixa e equivalentes de caixa" e "Contas a Receber de clientes". **2.4.2. Reconhecimento e mensuração:** As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos das transações financeiras. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos a receber tenham vencido ou tenham sido transferidos, todos os riscos e os benefícios da propriedade. Os ativos financeiros classificados como custo amortizados são mensurados usando o

A Diretoria

As demonstrações financeiras completas auditadas, incluindo o respectivo relatório do auditor independente, estão disponíveis no seguinte endereço: <https://jornalempresasnegocios.com.br/>

Demonstrações financeiras - Exercício findo em 31 de dezembro de 2022 - Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma				
Balancos patrimoniais				
	2022	2021		
Passivo e patrimônio líquido/Circulante	24.447	37.040		
Empréstimos e financiamentos (Nota 12)	4.184	13.751		
Fornecedores (Nota 13)	3.984	4.315		
Salários e encargos (Nota 14)	1.667	1.360		
Impostos a recolher e obrigações sociais	1.667	1.254		
Imposto de renda e contribuição social a pagar	1.511	4.528		
Arrendamento mercantil a pagar (Nota 22)	2.326	2.294		
Demaís contas a pagar (Nota 13)	10.609	10.538		
Não circulante	4.378	7.202		
Empréstimos e financiamentos (Nota 12)	2.493	2.960		
Provisões para contingências (Nota 11)	1.154	3.481		
Arrendamento mercantil a pagar (Nota 22)	21.549	21.723		
Patrimônio líquido (Nota 16)	4.800	4.800		
Capital social	16.749	16.923		
Reservas de lucros	50.374	65.965		
Total do passivo e patrimônio líquido	50.374	65.965		

transações financeiras. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos a receber tenham vencido ou tenham sido transferidos, todos os riscos e os benefícios da propriedade. Os ativos financeiros classificados como custo amortizados são mensurados usando o método da taxa efetiva de juros. As variações cambiais de itens monetários são reconhecidas no resultado do exercício. **2.4.3. Compensação de instrumentos financeiros:** Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. O direito legal não deve ser contingente a eventos futuros e deve ser aplicável no curso normal dos negócios e no caso de inadimplência, insolvência ou falência da Companhia ou da contraparte. **2.4.4. Impairment de ativos financeiros:** (a) **Ativos mensurados ao custo amortizado:** Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos de impairment são incorridos somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos ("evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável. O valor da perda por *impairment* é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. A Companhia avalia no final de cada exercício se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros estão deteriorados. **2.5. Contas a receber de clientes:** As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, são apresentadas no ativo não circulante. As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a provisão para perda esperada de créditos de liquidação duvidosa ("PCLD" ou *impairment*). Uma provisão apenas é constituída quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia não receberá todos os valores devidos de acordo com as condições originais das contas a receber. Na prática, o valor justo das contas a receber de clientes não diverge do valor das vendas, considerando os prazos médios de recebimento. **2.6. Imobilizado:** Os itens do imobilizado são demonstrados ao custo, menos o valor da depreciação e de qualquer perda não recuperável acumulada. O custo inclui os gastos diretamente atribuíveis necessários para preparar o ativo para o uso pretendido pela administração, excluindo custos de financiamento e custos de aquisição. Quando existir uma indicação de mudança significativa desde a aquisição, se necessário, quando este custo lhe proporcione futuros benefícios econômicos. Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada com base no método linear para alocação de custos, menos o valor residual durante a vida útil, que é estimada como segue: • Caminhão trator, semirreboque e empilhadeiras - 10 anos; • Automóveis - 5 anos; • Máquinas e equipamentos, equipamentos de informática, equipamentos de rastreamento - 5 anos; • Móveis, utensílios e equipamentos - 5 anos; Os valores residuais, a vida útil e os métodos de depreciação dos ativos são revisados e ajustados, se necessário, quando existir uma indicação de mudança significativa desde a última data de balanço. O valor contábil de um item do imobilizado somente quando for provável que este custo lhe proporcione futuros benefícios econômicos. Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada com base no método linear para alocação de custos, menos o valor residual durante a vida útil, que é estimada como segue: • Caminhão trator, semirreboque e empilhadeiras: 10 anos; • Automóveis: 5 anos; • Máquinas e equipamentos, equipamentos de informática, equipamentos de rastreamento - 5 anos; • Móveis, utensílios e equipamentos: 5 anos. Os valores residuais, a vida útil e os métodos de depreciação dos ativos são revisados e ajustados, se necessário, quando existir uma indicação de mudança significativa desde a última data de balanço. O valor contábil de um item do imobilizado somente quando for provável que este custo lhe proporcione futuros benefícios econômicos. Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada com base no método linear para alocação de custos, menos o valor residual durante a vida útil, que é estimada como segue: • Caminhão trator, semirreboque e empilhadeiras: 10 anos; • Automóveis: 5 anos; • Máquinas e equipamentos, equipamentos de informática, equipamentos de rastreamento - 5 anos; • Móveis, utensílios e equipamentos: 5 anos. Os valores residuais, a vida útil e os métodos de depreciação dos ativos são revisados e ajustados, se necessário, quando existir uma indicação de mudança significativa desde a última data de balanço. O valor contábil de um item do imobilizado somente quando for provável que este custo lhe proporcione futuros benefícios econômicos. Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada com base no método linear para alocação de custos, menos o valor residual durante a vida útil, que é estimada como segue: • Caminhão trator, semirreboque e empilhadeiras: 10 anos; • Automóveis: 5 anos; • Máquinas e equipamentos, equipamentos de informática, equipamentos de rastreamento - 5 anos; • Móveis, utensílios e equipamentos: 5 anos. Os valores residuais, a vida útil e os métodos de depreciação dos ativos são revisados e ajustados, se necessário, quando existir uma indicação de mudança significativa desde a última data de balanço. O valor contábil de um item do imobilizado somente quando for provável que este custo lhe proporcione futuros benefícios econômicos. Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada com base no método linear para alocação de custos, menos o valor residual durante a vida útil, que é estimada como segue: • Caminhão trator, semirreboque e empilhadeiras: 10 anos; • Automóveis: 5 anos; • Máquinas e equipamentos, equipamentos de informática, equipamentos de rastreamento - 5 anos; • Móveis, utensílios e equipamentos: 5 anos. Os valores residuais, a vida útil e os métodos de depreciação dos ativos são revisados e ajustados, se necessário, quando existir uma indicação de mudança significativa desde a última data de balanço. O valor contábil de um item do imobilizado somente quando for provável que este custo lhe proporcione futuros benefícios econômicos. Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada com base no método linear para alocação de custos, menos o valor residual durante a vida útil, que é estimada como segue: • Caminhão trator, semirreboque e empilhadeiras: 10 anos; • Automóveis: 5 anos; • Máquinas e equipamentos, equipamentos de informática, equipamentos de rastreamento - 5 anos; • Móveis, utensílios e equipamentos: 5 anos. Os valores residuais, a vida útil e os métodos de depreciação dos ativos são revisados e ajustados, se necessário, quando existir uma indicação de mudança significativa desde a última data de balanço. O valor contábil de um item do imobilizado somente quando for provável que este custo lhe proporcione futuros benefícios econômicos. Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada com base no método linear para alocação de custos, menos o valor residual durante a vida útil, que é estimada como segue: • Caminhão trator, semirreboque e empilhadeiras: 10 anos; • Automóveis: 5 anos; • Máquinas e equipamentos, equipamentos de informática, equipamentos de rastreamento - 5 anos; • Móveis, utensílios e equipamentos: 5 anos. Os valores residuais, a vida útil e os métodos de depreciação dos ativos são revisados e ajustados, se necessário, quando existir uma indicação de mudança significativa desde a última data de balanço. O valor contábil de um item do imobilizado somente quando for provável que este custo lhe proporcione futuros benefícios econômicos. Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada com base no método linear para alocação de custos, menos o valor residual durante a vida útil, que é estimada como segue: • Caminhão trator, semirreboque e empilhadeiras: 10 anos; • Automóveis: 5 anos; • Máquinas e equipamentos, equipamentos de informática, equipamentos de rastreamento - 5 anos; • Móveis, utensílios e equipamentos: 5 anos. Os valores residuais, a vida útil e os métodos de depreciação dos ativos são revisados e ajustados, se necessário, quando existir uma indicação de mudança significativa desde a última data de balanço. O valor contábil de um item do imobilizado somente quando for provável que este custo lhe proporcione futuros benefícios econômicos. Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada com base no método linear para alocação de custos, menos o valor residual durante a vida útil, que é estimada como segue: • Caminhão trator, semirreboque e empilhadeiras: 10 anos; • Automóveis: 5 anos; • Máquinas e equipamentos, equipamentos de informática, equipamentos de rastreamento - 5 anos; • Móveis, utensílios e equipamentos: 5 anos. Os valores residuais, a vida útil e os métodos de depreciação dos ativos são revisados e ajustados, se necessário, quando existir uma indicação de mudança significativa desde a última data de balanço. O valor contábil de um item do imobilizado somente quando for provável que este custo lhe proporcione futuros benefícios econômicos. Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada com base no método linear para alocação de custos, menos o valor residual durante a vida útil, que é estimada como segue: • Caminhão trator, semirreboque e empilhadeiras: 10 anos; • Automóveis: 5 anos; • Máquinas e equipamentos, equipamentos de informática, equipamentos de rastreamento - 5 anos; • Móveis, utensílios e equipamentos: 5 anos. Os valores residuais, a vida útil e os métodos de depreciação dos ativos são revisados e ajustados, se necessário, quando existir uma indicação de mudança significativa desde a última data de balanço. O valor contábil de um item do imobilizado somente quando for provável que este custo lhe proporcione futuros benefícios econômicos. Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada com base no método linear para alocação de custos, menos o valor residual durante a vida útil, que é estimada como segue: • Caminhão trator, semirreboque e empilhadeiras: 10 anos; • Automóveis: 5 anos; • Máquinas e equipamentos, equipamentos de informática, equipamentos de rastreamento - 5 anos; • Móveis, utensílios e equipamentos: 5 anos. Os valores residuais, a vida útil e os métodos de depreciação dos ativos são revisados e ajustados, se necessário, quando existir uma indicação de mudança significativa desde a última data de balanço. O valor contábil de um item do imobilizado somente quando for provável que este custo lhe proporcione futuros benefícios econômicos. Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada com base no método linear para alocação de custos, menos o valor residual durante a vida útil, que é estimada como segue: • Caminhão trator, semirreboque e empilhadeiras: 10 anos; • Automóveis: 5 anos; • Máquinas e equipamentos, equipamentos de informática, equipamentos de rastreamento - 5 anos; • Móveis, utensílios e equipamentos: 5 anos. Os valores residuais, a vida útil e os métodos de depreciação dos ativos são revisados e ajustados, se necessário, quando existir uma indicação de mudança significativa desde a última data de balanço. O valor contábil de um item do imobilizado somente quando for provável que este custo lhe proporcione futuros benefícios econômicos. Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada com base no método linear para alocação de custos, menos o valor residual durante a vida útil, que é estimada como segue: • Caminhão trator, semirreboque e empilhadeiras: 10 anos; • Automóveis: 5 anos; • Máquinas e equipamentos, equipamentos de informática, equipamentos de rastreamento - 5 anos; • Móveis, utensílios e equipamentos: 5 anos. Os valores residuais, a vida útil e os métodos de depreciação dos ativos são revisados e ajustados, se necessário, quando existir uma indicação de mudança significativa desde a última data de balanço. O valor contábil de um item do imobilizado somente quando for provável que este custo lhe proporcione futuros benefícios econômicos. Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada com base no método linear para alocação de custos, menos o valor residual durante a vida útil, que é estimada como segue: • Caminhão trator, semirreboque e empilhadeiras: 10 anos; • Automóveis: 5 anos; • Máquinas e equipamentos, equipamentos de informática, equipamentos de rastreamento - 5 anos; • Móveis, utensílios e equipamentos: 5 anos. Os valores residuais, a vida útil e os métodos de depreciação dos ativos são revisados e ajustados, se necessário, quando existir uma indicação de mudança significativa desde a última data de balanço. O valor contábil de um item do imobilizado somente quando for provável que este custo lhe proporcione futuros benefícios econômicos. Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada com base no método linear para alocação de custos, menos o valor residual durante a vida útil, que é estimada como segue: • Caminhão trator, semirreboque e empilhadeiras: 10 anos; • Automóveis: 5 anos; • Máquinas e equipamentos, equipamentos de informática, equipamentos de rastreamento - 5 anos; • Móveis, utensílios e equipamentos: 5 anos. Os valores residuais, a vida útil e os métodos de depreciação dos ativos são revisados e ajustados, se necessário, quando existir uma indicação de mudança significativa desde a última data de balanço. O valor contábil de um item do imobilizado somente quando for provável que este custo lhe proporcione futuros benefícios econômicos. Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada com base no método linear para alocação de custos, menos o valor residual durante a vida útil, que é estimada como segue: • Caminhão trator, semirreboque e empilhadeiras: 10 anos; • Automóveis: 5 anos; • Máquinas e equipamentos, equipamentos de informática, equipamentos de rastreamento - 5 anos; • Móveis, utensílios e equipamentos: 5 anos. Os valores residuais, a vida útil e os métodos de depreciação dos ativos são revisados e ajustados, se necessário, quando existir uma indicação de mudança significativa desde a última data de balanço. O valor contábil de um item do imobilizado somente quando for provável que este custo lhe proporcione futuros benefícios econômicos. Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada com base no método linear para alocação de custos, menos o valor residual durante a vida útil, que é estimada como segue: • Caminhão trator, semirreboque e empilhadeiras: 10 anos; • Automóveis: 5 anos; • Máquinas e equipamentos, equipamentos de informática, equipamentos de rastreamento - 5 anos; • Móveis, utensílios e equipamentos: 5 anos. Os valores residuais, a vida útil e os métodos de depreciação dos ativos são revisados e ajustados, se necessário, quando existir uma indicação de mudança significativa desde a última data de balanço. O valor contábil de um item do imobilizado somente quando for provável que este custo lhe proporcione futuros benefícios econômicos. Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada com base no método linear para alocação de custos, menos o valor residual durante a vida útil, que é estimada como segue: • Caminhão trator, semirreboque e empilhadeiras: 10 anos; • Automóveis: 5 anos; • Máquinas e equipamentos, equipamentos de informática, equipamentos de rastreamento - 5 anos; • Móveis, utensílios e equipamentos: 5 anos. Os valores residuais, a vida útil e os métodos de depreciação dos ativos são revisados e ajustados, se necessário, quando existir uma indicação de mudança significativa desde a última data de balanço. O valor contábil de um item do imobilizado somente quando for provável que este custo lhe proporcione futuros benefícios econômicos. Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada com base no método linear para alocação de custos, menos o valor residual durante a vida útil, que é estimada como segue: • Caminhão trator, semirreboque e empilhadeiras: 10 anos; • Automóveis: 5 anos; • Máquinas e equipamentos, equipamentos de informática, equipamentos de rastreamento - 5 anos; • Móveis, utensílios e equipamentos: 5 anos. Os valores residuais, a vida útil e os métodos de depreciação dos ativos são revisados e ajustados, se necessário, quando existir uma indicação de mudança significativa desde a última data de balanço. O valor contábil de um item do imobilizado somente quando for provável que este custo lhe proporcione futuros benefícios econômicos. Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada com base no método linear para alocação de custos, menos o valor residual durante a vida útil, que é estimada como segue: • Caminhão trator, semirreboque e empilhadeiras: 10 anos; • Automóveis: 5 anos; • Máquinas e equipamentos, equipamentos de informática, equipamentos de rastreamento - 5 anos; • Móveis, utensílios e equipamentos: 5 anos. Os valores residuais, a vida útil e os métodos de depreciação dos ativos são revisados e ajustados, se necessário, quando existir uma indicação de mudança significativa desde a última data de balanço. O valor contábil de um item do imobilizado somente quando for provável que este custo lhe proporcione futuros benefícios econômicos. Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada com base no método linear para alocação de custos, menos o valor residual durante a vida útil, que é estimada como segue: • Caminhão trator, semirreboque e empilhadeiras: 10 anos; • Automóveis: 5 anos; • Máquinas e equipamentos, equipamentos de informática, equipamentos de rastreamento - 5 anos; • Móveis, utensílios e equipamentos: 5 anos. Os valores residuais, a vida útil e os métodos de depreciação dos ativos são revisados e ajustados, se necessário, quando existir uma indicação de mudança significativa desde a última data de balanço. O valor contábil de um item do imobilizado somente quando for provável que este custo lhe proporcione futuros benefícios econômicos. Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada com base no método linear para alocação de custos, menos o valor residual durante a vida útil, que é estimada como segue: • Caminhão trator, semirreboque e empilhadeiras: 10 anos; • Automóveis: 5 anos; • Máquinas e equipamentos, equipamentos de informática, equipamentos de rastreamento - 5 anos; • Móveis, utensílios e equipamentos: 5 anos. Os valores residuais, a vida útil e os métodos de depreciação dos ativos são revisados e ajustados, se necessário, quando existir uma indicação de mudança significativa desde a última data de balanço. O valor contábil de um item do imobilizado somente quando for provável que este custo lhe proporcione futuros benefícios econômicos. Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada com base no método linear para alocação de custos, menos o valor residual durante a vida útil, que é estimada como segue: • Caminhão trator, semirreboque e empilhadeiras: 10 anos; • Automóveis: 5 anos; • Máquinas e equipamentos, equipamentos de informática, equipamentos de rastreamento - 5 anos; • Móveis, utensílios e equipamentos: 5 anos. Os valores residuais, a vida útil e os métodos de depreciação dos ativos são revisados e ajustados, se necessário, quando existir uma indicação de mudança significativa desde a última data de balanço. O valor contábil de um item do imobilizado somente quando for provável que este custo lhe proporcione futuros benefícios econômicos. Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada com base no método linear para alocação de custos, menos o valor residual durante a vida útil, que é estimada como segue: • Caminhão trator, semirreboque e empilhadeiras: 10 anos; • Automóveis: 5 anos; • Máquinas e equipamentos, equipamentos de informática, equipamentos de rastreamento - 5 anos; • Móveis, utensílios e equipamentos: 5 anos. Os valores residuais, a vida útil e os métodos de depreciação dos ativos são revisados e ajustados, se necessário, quando existir uma indicação de mudança significativa desde a última data de balanço. O valor contábil de um item do imobilizado somente quando for provável que este custo lhe proporcione futuros benefícios econômicos. Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada com base no método linear para alocação de custos, menos o valor residual durante a vida útil, que é estimada como segue: • Caminhão trator, semirreboque e empilhadeiras: 10 anos; • Automóveis: 5 anos; • Máquinas e equipamentos, equipamentos de informática, equipamentos de rastreamento - 5 anos; • Móveis, utensílios e equipamentos: 5 anos. Os valores residuais, a vida útil e os métodos de depreciação dos ativos são revisados e ajustados, se necessário, quando existir uma indicação de mudança significativa desde a última data de balanço. O valor contábil de um item do imobilizado somente quando for provável que este custo lhe proporcione futuros benefícios econômicos. Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada com base no método linear para alocação de custos, menos o valor residual durante a vida útil, que é estimada como segue: • Caminhão trator, semirreboque e empilhadeiras: 10 anos; • Automóveis: 5 anos; • Máquinas e equipamentos, equipamentos de informática, equipamentos de rastreamento - 5 anos; • Móveis, utensílios e equipamentos: 5 anos. Os valores residuais, a vida útil e os métodos de depreciação dos ativos são revisados e ajustados, se necessário, quando existir uma indicação de mudança significativa desde a última data de balanço. O valor contábil de um item do imobilizado somente quando for provável que este custo lhe proporcione futuros benefícios econômicos. Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada com base no método linear para alocação de custos, menos o valor residual durante a vida útil, que é estimada como segue: • Caminhão trator, semirreboque e empilhadeiras: 10 anos; • Automóveis: 5 anos; • Máquinas e equipamentos, equipamentos de informática, equipamentos de rastreamento - 5 anos; • Móveis, utensílios e equipamentos: 5 anos. Os valores residuais, a vida útil e os métodos de depreciação dos ativos são revisados e ajustados, se necessário, quando existir uma indicação de mudança significativa desde a última data de balanço. O valor contábil de um item do imobilizado somente quando for provável que este custo lhe proporcione futuros benefícios econômicos. Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada com base no método linear para alocação de custos, menos o valor residual durante a vida útil, que é estimada como segue: • Caminhão trator, semirreboque e empilhadeiras: 10 anos; • Automóveis: 5 anos; • Máquinas e equipamentos, equipamentos de informática, equipamentos de rastreamento - 5 anos; • Móveis, utensílios e equipamentos: 5 anos. Os valores residuais, a vida útil e os métodos de depreciação dos ativos são revisados e ajustados, se necessário, quando existir uma indicação de mudança significativa desde a última data de balanço. O valor contábil de um item do imobilizado somente quando for provável que este custo lhe proporcione futuros benefícios econômicos. Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada com base no método linear para alocação de custos, menos o valor residual durante a vida útil, que é estimada como segue: • Caminhão trator, semirreboque e empilhadeiras: 10 anos; • Automóveis: 5 anos; • Máquinas e equipamentos, equipamentos de informática, equipamentos de rastreamento - 5 anos; • Móveis, utensílios e equipamentos: 5 anos. Os valores residuais, a vida útil e os métodos de depreciação dos ativos são revisados e ajustados, se necessário, quando existir uma indicação de mudança significativa desde a última data de balanço. O valor contábil de um item do imobilizado somente quando for provável que este custo lhe proporcione futuros benefícios econômicos. Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada com base no método linear para alocação de custos, menos o valor residual durante a vida útil, que é estimada como segue: • Caminhão trator, semirreboque e empilhadeiras: 10 anos; • Automóveis: 5 anos; • Máquinas e equipamentos, equipamentos de informática, equipamentos de rastreamento - 5 anos; • Móveis, utensílios e equipamentos: 5 anos. Os valores residuais, a vida útil e os métodos de depreciação dos ativos são revisados e ajustados, se necessário, quando existir uma indicação de mudança significativa desde a última data de balanço. O valor contábil de um item do imobilizado somente quando for provável que este custo lhe proporcione futuros benefícios econômicos. Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada com base no método linear para alocação de custos, menos o valor residual durante a vida útil, que é estimada como segue: • Caminhão trator, semirreboque e empilhadeiras: 10 anos; • Automóveis: 5 anos; • Máquinas e equipamentos, equipamentos de informática, equipamentos de rastreamento - 5 anos; • Móveis, utensílios e equipamentos: 5 anos. Os valores residuais, a vida útil e os métodos de depreciação dos ativos são revisados e ajustados, se necessário, quando existir uma indicação de mudança significativa desde a última data de balanço. O valor contábil de um item do imobilizado somente quando for provável que este custo lhe proporcione futuros benefícios econômicos. Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada com base no método linear para alocação de custos, menos o valor residual durante a vida útil, que é estimada como segue: • Caminhão trator, semirreboque e empilhadeiras: 10 anos; • Automóveis: 5 anos; • Máquinas e equipamentos, equipamentos de informática, equipamentos de rastreamento - 5 anos; • Móveis, utensílios e equipamentos: 5 anos. Os valores residuais, a vida útil e os métodos de depreciação dos ativos são revisados e ajustados, se necessário, quando existir uma indicação de mudança significativa desde a última data de balanço. O valor contábil de um item do imobilizado somente quando for provável que este custo lhe proporcione futuros benefícios econômicos. Os terrenos não são depreciados. A depreciação de



Balancos patrimoniais				
	Nota	2024	2023	
Ativo/Circulante		24.142	26.195	
Caixa e equivalentes de caixa	7	3.449	10.134	
Contas a receber de clientes	8	19.163	14.134	
Impostos a recuperar	10	222	352	
Demas contas a receber	9	1.308	1.575	
Não circulante		24.978	25.445	
Impostos a recuperar	10	519	333	
Ativo de direito de uso	11	11.050	13.272	
Imobilizado	11	13.409	11.840	
Total do ativo		49.120	51.640	
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido				
	Reservas	Reservas de	Lucros	
	Capital de	lucros -	acumulados	Total
	social	- Legal	Investimento	
Saldos em 1º/01/2023	4.800	960	15.789	21.549
Lucro líquido do exercício	-	-	13.539	13.539
Distribuição de lucros	-	-	(16.179)	(16.179)
Transfêrência entre reservas	-	-	2.641	2.641
Saldos em 31/12/2023	4.800	960	13.148	18.909
Lucro líquido do exercício	-	-	9.842	9.842
Distribuição de lucros	-	-	(13.582)	(13.582)
Transfêrência entre reservas	-	-	(3.740)	(3.740)
Saldos em 31/12/2024	4.800	960	9.408	15.169

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis

1. Contexto operacional: A Polivias S.A. Transportes e Serviços ("Companhia") tem entre seus principais objetivos a prestação de serviços com foco nas áreas de transporte, armazenagem e despacho, no território nacional e internacional, em diversos setores da economia, tais como: bens de consumo, químicos e agropecuário. A Companhia é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede em São Paulo e filiais em locais estratégicos como: São Paulo, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, Paraná, Santa Catarina, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Bahia, bem como Argentina, Chile, Uruguai, Bolívia e Paraguai.

2. Políticas contábeis materiais: A emissão destas demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 07/01/2025. As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo quando indicado de outra forma.

2.1. Base de preparação e apresentação: As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. Elas foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor. A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e, também, o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. As áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como aquelas cujas premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota Explicativa nº 3. **2.2. Conversão de moeda:** (a) **Moeda funcional e moeda de apresentação:** Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados de acordo com a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua ("moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia e, está sendo apresentada em milhares de Reais, que é a sua moeda de apresentação. (b) **Transações e saldos:** As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação, na qual os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado. **2.3. Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor. **2.4. Ativos financeiros:** **2.4.1. Classificação:** A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado, mensurados ao valor justo por meio do resultado abrangente e custo amortizado. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. Em 31/12/2024, a Companhia não possuía ativos financeiros mensurados ao valor justo. (a) **Ativos financeiros ao custo amortizado:** Os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado compreendem "Caixa e equivalentes de caixa" e "Contas a Receber de clientes". **2.4.2. Reconhecimento e mensuração:** As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos das transações financeiras. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos a receber tenham vencido ou tenham sido transferidos, todos os riscos e os benefícios da propriedade. Os ativos financeiros classificados como custo amortizados são mensurados usando o método da taxa efetiva de juros. As variações cambiais de itens monetários são reconhecidas no resultado do exercício. **2.4.3. Compensação de instrumentos financeiros:** Ativos e passivos financeiros são compensados

Demonstrações contábeis - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)				
Balancos patrimoniais				
	Notas	2024	2023	
Passivo e patrimônio líquido/Circulante		21.326	20.977	
Empréstimos e financiamentos	12	1.416	2.709	
As contas a receber de clientes	13	2.963	2.795	
Salários e encargos	14	1.877	1.665	
Impostos a recolher e obrigações sociais		278	231	
IR e CS a pagar		1.831	1.013	
Arrendamento mercantil a pagar	22	2.443	2.262	
Demas contas a pagar	13	10.513	10.302	
Não circulante		12.625	11.754	
Empréstimos e financiamentos	12	2.985	3.331	
Provisões para contingências	15	1.174	731	
Arrendamento mercantil a pagar	22	8.566	11.010	
Patrimônio líquido		15.169	18.909	
Capital social	16	4.800	4.800	
Reservas de lucros		10.369	14.109	
Total do passivo e patrimônio líquido		49.120	51.640	

valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. O direito legal não deve ser contingente a eventos futuros e deve ser aplicável no curso normal dos negócios e no caso de inadimplência, insolvência ou falência da Companhia ou da contraparte. **2.4.4. Impairment de ativos financeiros:** (a) **Ativos mensurados ao custo amortizado:** Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos de impairment são incorridos somente se há evidência objetiva de impairment como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável. O valor da perda por impairment é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. A Companhia avalia no final de cada exercício se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros estão deteriorados. **2.5. Contas a receber de clientes:** As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, são apresentadas no ativo não circulante. As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a provisão para perda esperada de créditos de liquidação duvidosa. Uma provisão apenas é constituída quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia não receberá todos os valores devidos de acordo com as condições originais das contas a receber. Na prática, o valor justo das contas a receber de clientes não diverge do valor das vendas, considerando os prazos médios de recebimento. **2.6. Imobilizado:** Os itens do imobilizado são demonstrados ao custo, menos o valor da depreciação e de qualquer perda não recuperável acumulada. O custo inclui os gastos diretamente atribuíveis necessários para preparar o ativo para o uso pretendido pela Administração, excluindo custos de financiamentos. A Companhia inclui no valor contábil de um item do imobilizado somente quando for provável que este custo lhe proporcione futuros benefícios econômicos. Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada com base no método linear para alocação de custos, menos o valor residual durante a vida útil, que é estimada como segue: **• Caminhão trator, semirreboque e empilhadeiras:** 10 anos; **• Automóveis:** 5 anos; **• Máquinas e equipamentos, equipamentos de informática, equipamentos de rastreamento:** 5 anos; **• Móveis, utensílios e equipamentos:** 5 anos. Os valores residuais, a vida útil e os métodos de depreciação dos ativos são revisados e ajustados, se necessário, quando existir uma indicação de mudança significativa desde a última data de balanço. O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior que seu valor recuperável estimado. Os ganhos e as perdas em alienações são determinados pela comparação do valor de venda com o valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas operacionais" na demonstração do resultado. **2.7. Provisões para perdas por impairment em ativos não financeiros:** Os ativos não financeiros são revisados anualmente para verificação do valor recuperável. Quando houver indício de perda do valor recuperável (*impairment*), o valor contábil do ativo (ou a unidade geradora de caixa à qual o ativo tenha sido alocado) será testado. Uma perda é reconhecida pelo valor em que o valor contábil do ativo exceda seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo (ou de uma UGC), menos as despesas de venda, e o valor em que, para fins de avaliação de perda, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGCs)). Os ativos não financeiros que tenham sofrido redução, são revisados para identificar uma possível reversão da provisão para perdas por *impairment* na data do balanço. Para o exercício findo em 31/12/2024 não foram identificados indicativos de *impairment*. **2.8. Empréstimos e financiamentos:** Os empréstimos e financiamentos são inicialmente reconhecidos pelo valor da transação (ou seja, pelo valor recebido do banco, incluindo os custos da transação) e subsequentemente demonstrados pelo custo amortizado. As despesas com juros são reconhecidas com base no método de taxa de juros efetiva ao longo do prazo do empréstimo e financiamento de tal forma que na data do vencimento o saldo contábil corresponde ao

valor devido. Os juros são incluídos em despesas financeiras. Os empréstimos e financiamentos são classificados no passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço. Nesse caso, os empréstimos e financiamentos são classificados no passivo não circulante. **2.9. Fornecedores:** As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, o valor justo das contas a pagar a fornecedores não diverge do valor das compras, considerando os prazos médios de pagamento. **2.10. Provisões:** As provisões são reconhecidas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor puder ser estimado com segurança. As provisões não incluem as perdas operacionais futuras. Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquida-las é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena. As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflete as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e o risco de crédito da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira. **2.11. Capital social:** O capital da Companhia, totalmente integralizado, é de R\$ 4.800 representado por 480.000 ações nominativas com valor unitário de R\$ 10,00 (dez Reais), divididas em duas classes de ações: (a) 240.000 ações ordinárias nominativas e (b) 240.000 ações preferenciais nominativas, as quais dão preferência aos acionistas no momento do pagamento de dividendos. **2.12. Reconhecimento da receita:** A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos sobre vendas, de devoluções, de abatimentos e de descontos. Geralmente, o montante de receitas é equivalente ao valor das notas fiscais emitidas. (a) **Receita de serviços:** A receita é reconhecida no início da prestação de serviço. O valor da receita é apropriado nas contas contábeis com base no progresso do trabalho. (b) **Receita financeira:** A receita financeira é reconhecida com base no método da taxa de juros efetiva. **2.13. IR e CS:** As despesas de IR e CS do período compreendem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. O encargo de IR (IRPJ) e a CS (CSLL) corrente e diferido é calculado com base nas leis tributárias promulgadas. A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações; e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais. O IR e a CS diferidos passivos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. **2.14. Arrendamentos:** No início de um contrato, a Companhia avalia se um contrato é ou contém um arrendamento. Um contrato é, ou contém um arrendamento, se transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação. Para avaliar se um contrato transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado, a Companhia utiliza a definição de arrendamento do CPC 06 (R2). Os arrendamentos são constituídos por imóveis de terceiros e possuem prazos de 60 meses com a taxa anual de 8%. **2.15. Mudanças nas políticas contábeis e divulgações:** Uma série de novas normas ou alterações de normas e interpretações serão efetivas para exercícios iniciados em ou após 1º/01/2025. A Companhia não adotou antecipadamente essas alterações na preparação destas demonstrações financeiras. As normas alteradas e interpretações citadas a seguir, não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia: **• Alteração na norma IFRS 18/CPC 26 (R1)** - O IFRS 18 introduz novos requisitos para apresentação dentro da demonstração do resultado do exercício, incluindo totais e subtotais específicos. Além disso, as entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas dentro da demonstração do resultado do exercício

Demonstrações dos fluxos de caixa				
	2024	2023		
Lucro antes do IR e CS	15.400	20.579		
Ajustes de:				
Depreciação e amortização	4.781	4.144		
Provisão para perda esperada de Contas a Receber (Nota 8)	(353)	(233)		
	19.828	24.490		
Varição nas contas de ativo e passivo:				
Contas a Receber de clientes	(4.675)	4.694		
Impostos a recuperar	(55)	317		
Demas contas a receber	266	(151)		
Impostos a recolher e obrigações sociais	46	66		
Fornecedores e demais contas a pagar	1.038	(1.500)		
	(3.380)	3.426		
IR e CS pagos	(4.740)	(7.537)		
Caixa gerado pelas atividades operacionais	11.708	20.379		
Fluxos dos investimentos				
Aquisição de imobilizado	(4.128)	(244)		
Caixa aplicado nas atividades de investimento	(4.128)	(244)		
Fluxo dos financiamentos				
Liquidação de empréstimos, financiamentos e arrendamentos	(683)	(6.280)		
Dividendos pagos (Nota 16)	(13.582)	(16.179)		
Caixa aplicado nas atividades de financiamento	(14.265)	(22.459)		
Redução do saldo de caixa e equivalente de caixa	(6.685)	(2.324)		
Caixa e equivalente de caixa no início do exercício	10.134	12.458		
Caixa e equivalente de caixa no final do exercício	3.449	10.134		
Redução do saldo de caixa e equivalente de caixa	(6.685)	(2.324)		

em uma das cinco categorias: operacional, investimento, financiamento, impostos de renda e operações descontinuadas, das quais as três primeiras são novas; **• Alteração na norma IFRS 19** - Subsidiárias sem responsabilidade pública, sobre a permissão que as entidades elegíveis optem por aplicar seus requisitos de divulgação reduzidos enquanto ainda aplicam os requisitos de reconhecimento, mensuração e apresentação em outros padrões contábeis IFRS. Para ser elegível, no final do período de relatório, uma entidade deve ser uma controlada conforme definido no IFRS 10 (CPC 36 (R3)) Demonstrações Consolidadas), não pode ter responsabilidade pública e deve ter uma controlada que prepare demonstrações financeiras consolidadas, disponíveis para uso público, que estejam em conformidade com os padrões contábeis IFRS; **• Alteração na norma CPC 18 (R3)** - Investimento em Coligada, Em Controlada e Empreendimento Controlado Em Conjunto e a ICPN 09 - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial. A alteração contempla a aplicação do método da equivalência patrimonial (MEP) para a mensuração de investimentos em controladas nas Demonstrações Contábeis Individuais, refletindo a alteração nas normas internacionais que agora permitem essa prática nas Demonstrações Contábeis Separadas. Essa convergência harmoniza as práticas contábeis adotadas no Brasil com as internacionais, sem gerar impactos materiais em relação à norma atualmente vigente, concentrando-se apenas em ajustes de redação e na atualização das referências normativas. A ICPN 09, por sua vez, não tem correspondência direta com normas do IASB e por consequência estava desatualizada, exigindo alterações para alinhar sua redação a fim de ajustá-la a atualizações posteriores a sua emissão e atualmente observadas nos documentos emitidos pelo CPC; **• Alteração ao CPC 02 (R2)** - Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade. As alterações buscam definir o conceito de moeda conversível e orientam sobre os procedimentos para moedas não conversíveis, determinando que a conversibilidade deve ser avaliada na data de mensuração com base no propósito da transação. Caso a moeda não seja conversível, a entidade deve estimar a taxa de câmbio que reflete as condições de mercado. Em situações com múltiplas taxas, deve-se utilizar a que melhor represente a liquidação dos fluxos de caixa. O pronunciamento também destaca a importância das divulgações sobre moedas não conversíveis, para os usuários das demonstrações contábeis compreendam os impactos financeiros, riscos envolvidos e critérios utilizados na estimativa da taxa de câmbio. **3. Estimativas e julgamentos contábeis críticos:** **3.1. Estimativas e premissas contábeis críticas:** Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir: **a) Vidas úteis de ativos imobilizados:** Os ativos imobilizados são depreciados durante sua vida útil. A vida útil é baseada nas estimativas da Administração em relação ao período em que os ativos gerarão receitas e é periodicamente revisada para adequação contínua. Alterações nas estimativas poderão resultar em variações significativas no valor contábil e os novos valores são apropriados ao resultado do exercício conforme as novas estimativas. Mais detalhes, incluindo valores contábeis, estão apresentados na Nota Explicativa nº 11. **b) Provisão para contingências:** A Companhia é parte em processos judiciais trabalhistas, sendo as provisões para demandas judiciais constituídas para todos os processos cuja probabilidade de perda seja provável. Essa análise de probabilidade é realizada pela Companhia com o auxílio dos assessores legais externos. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, a jurisprudência existente, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância jurídica, o histórico de ocorrência e os valores envolvidos (Nota Explicativa nº 15).

Contador: Adelfo da Silva Lins - CRC: 15P271088/0-9

As demonstrações financeiras completas auditadas, incluindo o respectivo relatório do auditor independente, estão disponíveis no seguinte endereço: <https://jornalempresasenegocios.com.br/>



Ralph Peter (ralphpeter@agenteliterarioralph.com.br)

Livros em Revista



Aware: Da sensibilidade às coisas efêmeras

Paula Valéria Andrade – Spvi – Paula Valéria

é uma artista com toda força que o termo indica. Uma menina irrequieta dotada de uma jovialidade que poucos artistas foram ungidos. Suas obras possuem alcance internacional. Diversas vezes premiada, nacional e internacionalmente reconhecida. Sempre à frente do seu tempo, nesta obra trilingue – português, inglês e japonês – brinda seu séquito com Haikais “poderosos” e algumas fotos belíssimas. Poesias em altíssimo nível em todo seu significativo esplendor. Um real estado da arte!



A Alegria em Ficar de Fora: Como se desconectar do mundo digital e se reconectar com você, as pessoas e a natureza

André Carvalhal – Agir – Professor André tem em sua extensa bagagem, passagens por importantes universidades, empresas nacionais e multinacionais, sempre distribuindo saberes sustentáveis. Aqui com um humor elegante, refinado, cuida de enfrentar um processo especial de conexão e desconexão digital. Com ironia e pena lúdica, vai desafiando seu processo de criação literária. Uma agradável obra ins..... pirada!



Vídeos Curtos: Como o novo consumo transforma o audiovisual e a publicidade

Leonardo Moura – Summus – Em época de excesso de informação e seus mecanismos, tempo e paciência não coadunam. Crianças, jovens e adultos deixam-se enredar pelas malhas das redes sociais.

O “menos” – menor - na maioria dos casos é “mais”. A maestria e sucesso, está em produzir profundas, não raro liminar mensagens, em curto espaço temporal. Mestre Leonardo, um experiente estrategista digital, explica nesta obra, o fenômeno e como utilizá-lo. Simples, direto ao ponto. Fácil de ler, entender e praticar!



Bússola do Empreendedor: O mapa para um negócio forte e bem sucedido

Davi Andrade – Paula Freire – Ricardo Albernaz – Emó – Um verdadeiro manual de boas práticas comerciais e gerenciais é o mínimo que uma rápida leitura desta obra nos apresenta. Num linguajar bastante claro, sem economias, sem números, o leitor é tratado como empresário em busca de soluções, qualquer que seja a envergadura de sua proposição empresarial. Casos são apresentados com suas soluções e dicas valiosíssimas. Parafraseando os autores:” Conhecimento é poder, e o conhecimento aplicado é a chave para o sucesso. Absolutamente factível!



O Menino que Selecionava Sabores

Francisco Neto Pereira Pinto – Fabiana Alves Correa (Ilustr) – Mercadinho – Psicanalista

de formação e pai por devoção, aproveitou uma situação bem familiar para criar esta interessante e verdadeira história. Afinal, quem nunca, em idade infantil e de crescimento não escolhia o que desejava comer? O protagonista comia um prato simples, tipo feijão com arroz, no almoço e jantar. Nada o demovia dessa prática. Até que entrou em cena a Avó, que com uma simples palavrinha, alterou todo o “sistema”. Deve ser lido por pais, professores, psicólogos, nutricionistas e afins. Gastronomicamente instrutivo!



Força Coletiva: Como o associativismo, o propósito e a liderança coletiva transformam mercados de dentro para fora e constroem um futuro mais maduro e sustentável

Rodrigo Neves - Conhecido no mercado empresarial como “Dido”, nesta obra com subtítulo auto explicativo, demonstra que o associativismo não é uma mera modinha. O sistema que na maioria das vezes se autoalimenta, tem gerado e gerido bons resultados. Trata-se de um mecanismo de trabalho que há muito vem se firmando como exitoso. Nesta obra, mais uma do autor, o leitor encontrará preciosos ensinamentos. Muito útil!

www.bcctelevision.com.br

Assista ao programa Livros em Revista. Um canal repleto de novidades do universo literário. Entretenimento garantido!

Com apresentação de Ralph Peter.





Karola_G_de_Pexels_CANVA

CÂMBIO

DÓLAR PRESSIONA PREÇOS DE NATAL E EXIGE ESTRATÉGIA

A disparada no câmbio encarece brinquedos, eletrônicos e bebidas importadas; empresas recorrem a hedge, contas em moeda estrangeira e plataformas digitais para minimizar impactos

Em 2025, o dólar ressurgiu como um dos principais fatores de pressão sobre os custos do varejo brasileiro. Em agosto, afirmou-se no mercado a narrativa de que a moeda norte-americana "superou os R\$ 6", disparando alertas para importadores de brinquedos, eletrônicos e bebidas que já se movimentam para o Natal. Segundo cálculos da Confederação Nacional da Indústria (CNI), em alguns segmentos, os encargos de importação “podem subir até 20 %” em face da desvalorização do real.

Para Thiago Oliveira, CEO da Saygo, “em ambientes de alta volatilidade cambial, sem instrumentos de proteção, o varejo fica vulnerável a perdas inesperadas”. Ele enfatiza que mecanismos como hedge cambial, contas em moeda estrangeira e plataformas digitais de câmbio são essenciais para trazer previsibilidade ao caixa.

Dólar elevado: realista ou exagero? - A ideia de que o câmbio ultrapassou “R\$ 6” em agosto circula com força, especialmente em discursos do setor importador. No entanto, os dados oficiais divergem dessa cifra. Segundo o site Dólar Histórico, a cotação Ptax fechou agosto de 2025 em R\$5,4258 para compra e R\$5,4264 para venda, com variação mensal negativa de -3,24 %.

Mesmo assim, o real segue sob pressão: temores sobre política monetária, déficits fiscais e fluxos de capitais alimentam especulações de nova desvalorização. Nesse cenário, embora “R\$6” não conste até agora nas séries históricas oficiais, ele funciona como um gatilho psicológico , e justifica o uso de proteção para contratos futuros.

De importados a bebidas: onde o câmbio pesa mais - A escalada do dólar flutua de modo diferenciado nos segmentos:

- **Brinquedos:** uma grande parcela é importada ou depende de componentes importados. A alta do câmbio pode elevar os custos de produção e transmissão de margens ao consumidor final.
- **Eletrônicos:** semicondutores, chips e outros insumos importados são sensíveis à variação cambial , um salto de 10% no câmbio pode corroer margens e forçar reajustes.
- **Bebidas importadas:** vinhos, destilados e cervejas importadas já incorporam em seu custo o câmbio. A volatilidade impacta preços mais do que só o câmbio — estava, seguro e tributos também incidem de forma elevada.



Easy_Asa_CANVA

Em alguns casos, projeções setoriais apontam que o encarecimento nos custos de importação pode chegar a 20%. Essa estimativa é mencionada pela CNI ao se referir ao efeito cumulativo da desvalorização cambial sobre tarifas, frete, seguros e ajustes operacionais.

Ferramentas de blindagem cambial - Diante do perigo cambial, empresas têm adotado instrumentos para mitigar riscos. Thiago Oliveira elenca alguns dos mais usados:

1 Hedge cambial – Trata-se de uma estratégia que fixa uma taxa futura, “como um seguro contra variações”, explica Oliveira. Não evita oscilações, mas reduz impactos indesejados.

Há modalidades variadas: contratos a termo, NDFs (Non Deliverable Forward), swaps e opções, conforme perfil da operação e prazo.

2 Contas em moeda estrangeira – Importadores que mantêm balanços ou contas em dólares podem aderir à “natural hedge”, reduzindo a dependência de conversões cambiais no momento da liquidação. Oliveira observa que esse arranjo exige controle rígido de fluxo e compliance.

“Embora “R\$6” não conste até agora nas séries históricas oficiais, ele funciona como um gatilho psicológico , e justifica o uso de proteção para contratos futuros.

3 Plataformas digitais de câmbio – Ferramentas digitais e soluções oferecidas por instituições financeiras permitem hoje maior agilidade na gestão cambial, com simulações de cenários, acompanhamento de taxas e execução de operações de forma automatizada. Esses recursos ampliam a visibilidade sobre exposições cambiais, sobretudo para empresas que operam com importação e exportação e buscam otimizar seus processos junto aos bancos.

Desafios para o Natal e lições para 2026

Com o aumento dos custos, o varejo enfrenta o dilema de repassar ou absorver os impactos. Se repassar demais, arrisca escoamento fraco; se absorver, compromete margens. Oliveira afirma: “quem tiver estratégia cambial estruturada entrará em 2026 com vantagem competitiva”.

Além disso, o contexto macroeconômico adiciona camadas de risco: segundo a CNI, o “Custo Brasil” equivale a cerca de 20 % do PIB — isso inclui tributos, logística, burocracia e custo regulatório que já pesam sobre os preços finais. Também, 70 % dos empresários industriais apontam que a carga tributária é o principal obstáculo à competitividade.

Para o Natal, isso significa que a volatilidade cambial poderá exigir reajustes de última hora, margens mais estreitas ou estoques com preços encarecidos. A saída passa pela cultura de gestão de risco no câmbio: planejamento prévio, uso disciplinado de hedge e visibilidade nos fluxos.

Como conclui Oliveira: “No varejo, não basta vender produto. É preciso vender com margem garantida, mesmo quando o mercado cambial tiquetaqueia”.



Julia_Larson_de_Pexels_CANVA